



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 008

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 15

Grande Expediente:

Dep. Edson Strapasson 16

Dep. Valdir Rossoni 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 22

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 23

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 24

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 25

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 26

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 28

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 29

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 31

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 34

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 40

Publicações:

Atas de Comissões

Tomada de Contas 41

Direitos Humanos e Cidadania .. 41

Constituição e Justiça 41

DIÁRIO Nº 008

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE FEVEREIRO DE 2008**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dou

glas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior e Elton Welter (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 045/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 812/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 046/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 823, 786, 425, 785, 763, 807, 798, 838, 821, 820, 706, 732/07 e 286/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 107/08-GP, do Sr. J. Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata das delimitações territoriais das circunscrições imobiliárias da Comarca de Pato Branco, em conformidade com o artigo 242 da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 712/07/IAP/GP, do Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental

do Paraná - IAP, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita esclarecimentos sobre o uso de bombas dissipadoras de chuva.

Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº CEE/CC 2197/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Plauto Miró, Cida Borghetti, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Duílio Genari, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Chico Noroeste, Ademar Traiano e Luiz Claudio Romanelli, que solicitam esclarecimento sobre repasse de recursos públicos para entidades não governamentais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 072/08/IAP/GP, do Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita cópia de investigação realizada pelo IAP, que resultou na operação floresta negra. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 031/08

SÚMULA:

Intensificar a fiscalização de trânsito para evitar atropelamentos de animais silvestres na rodovia BR-376, trecho entre Paranavaí, Nova Londrina, Loanda e PR-218, trecho entre Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, para solicitar o seguinte: REQUER providências - intensificação da fiscalização do trânsito, instalação de redutores de velocidade, cercas de proteção, túneis subterrâneos - para evitar atropelamentos de animais silvestres no trecho de asfalto que atravessa a Reserva de Proteção Natural, a RPN, da Fazenda Matão, nas rodovias BR-376 e PR-218, a primeira que demanda de Paranavaí a Nova Londrina, Loanda e a segunda, entre Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Deputado subscritor do presente vem observando com indignação, a contínua mortandade de animais silvestres registrada nas rodovias já citadas, nos percursos que cortam a Fazenda Matão, sede de RPN.

São jaguatiricas, quatis, tamanduás, macacos, preás, caxinguelês, tatus, cobras e até pássaros, cachorros do mato, e aves de porte como urubus e

gaviões, as principais vítimas de atropelamentos por parte de motoristas insensíveis, desatentos e inconscientes quanto aos reclames da natureza, isentando-se os que o fazem acidentalmente.

Qualquer criança em idade escolar já conhece as consequências dos danos causados à nossa fauna. A RPN da Fazenda Matão é uma das poucas existentes em nosso estado, mas cumpre fielmente as finalidades pelas quais foi criada, notadamente às relacionadas à prevenção das nossas já tão combalidas fauna e flora.

A Associação dos Portos de Areia do Rio Paraná, sediada no distrito do Porto São José, município de São Pedro do Paraná e diligentemente dirigida pelo Sr. Edson Semprebom, é seriamente identificada e comprometida com as questões ambientais da nossa região. Esta ONG fincou diversas placas no percurso de pouco mais de cinco mil metros da BR-376, chamada a atenção para o cuidado com os animais que atravessam a pista.

No entanto, sabemos o quanto frágil é o resultado de campanhas de esclarecimento diante de motoristas malvados e inconscientes, portadores de mentalidades obtusas e retrógradas. Daí a razão para o nosso apelo aos órgãos governamentais, para a tomada de providências que resolvam a questão levantada na presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 032/08

SÚMULA:

Sugere ao Ministro da Defesa a retirada da ilustração de fumo florido como símbolo das Armas da República.

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sugerindo alteração do Decreto-Lei nº 4545, de 04/09/1942, que dispõe sobre os símbolos nacionais. Pede que seja excluída a obrigatoriedade do uso de ilustrações sobre o fumo florido nesses símbolos.

Ele lembrou que o fumo é usado para a fabricação de cigarros e, cientificamente está provado que o mesmo é causador de câncer de pulmão. É no mínimo incoerente, acusou o Parlamentar, a Organização Mundial de Saúde e o próprio Governo Federal promoverem inúmeras campanhas contra o tabagismo e, ao mesmo tempo, o fumo florido ter amplo destaque nos brasões das Armas da República de nosso país. O mesmo decreto, em seu artigo 9º, parágrafo 3º, determina, que o café seja igualmente utilizado nos símbolos das nossas Armas. Assim sendo, concluo, apenas o café deveria ser mantido caso a alteração do decreto presidencial seja acolhido.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

INDICAÇÃO S/N

SÚMULA:

Sugere ao Ministro da Defesa a retirada da ilustração de fumo florido como símbolo das Forças Armadas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sugerindo alteração do Decreto-Lei nº 4545, de 04/09/1942, que dispõe sobre os símbolos nacionais. Pede que seja excluída a obrigatoriedade do uso de ilustrações sobre o fumo florido nesses símbolos.

Ele lembrou que o fumo é usado para a fabricação de cigarros e, cientificamente está provado que o mesmo é causador de câncer de pulmão. É no mínimo incoerente, acusou o Parlamentar, a Organização Mundial de Saúde e o próprio Governo Federal promoverem inúmeras campanhas contra o tabagismo e, ao mesmo tempo, o fumo florido ter amplo destaque nos brasões das nossas Forças Armadas. O mesmo decreto, em seu artigo 9º, parágrafo 3º, determina, que o café seja igualmente utilizado nos símbolos de nossas armas. Assim sendo, concluo, apenas o café deveria ser mantido caso a alteração do decreto presidencial seja acolhido.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 328/07, item 05, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 25 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a consulta médica.

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER o envio de manifesto da família de Alexandre Amaro Lima dos San-

tos, brutalmente assassinado na cidade de Foz do Iguaçu no dia 31/01/08, ao Secretário de segurança Pública do Estado do Paraná.

O presente requerimento é formulado devido ao brutal assassinato ocorrido em 31 de janeiro de 2008 na cidade de Foz do Iguaçu, vitimando o professor de Educação Física Alexandre Amaro Lima dos Santos, de 30 anos. A família inconformada com irreparável perda, formulou um manifesto, composto de inúmeras matérias jornalísticas, e distribuiu para vários setores da sociedade.

Este Parlamentar, assim como toda sociedade iguaçuense, certos de que a escalada da violência em Foz do Iguaçu precisa ser urgentemente diminuída, vale-se deste para que o Poder Maior, em sede estadual e em matéria de Segurança Pública, fique ciente da situação, objetivando medidas eficientes a serem adotadas para a melhoria do quadro na cidade.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene no dia 13/03/08, às 17h, no plenário, para entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Dr. Ruben Formighieri.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Conforme Lei nº 15752 sancionada em 27/12/07, solicitamos autorização para realização da solenidade, bem como a confecção de convites e pergaminho.

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Ponta Grossa, Dr. Luiz Gonzaga Pinto, ocorrido no último dia 20.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do ex-professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Flávio José Chibinski.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elair Ferreira de Brito, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no último dia 15.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Afonso Buch, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao grande líder da classe trabalhadora paranaense, Izidio Botelho, que acaba de editar um livro, Manual do Cooperativismo e Associativismo Popular Comunitário.

O admirado autor tem sua vida inteira dedicada aos grandes movimentos sociais, sendo hoje a maior liderança dos trabalhadores da indústria informal em nosso estado. É um bravo guerreiro no comando de ações efetivas visando reduzir as condenáveis desigualdades salariais desse importante segmento de nosso país.

Requeiro que esta homenagem e o reconhecimento público deste Poder sejam comunicados ao Sr. Izidio Botelho, à rua Tiziu, nº 66, Conjunto Habitacional Violim, em Londrina, com votos de permanente sucesso em sua vida pessoal e como líder de muitos milhares de paranaenses.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Dante Mendonça.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Dante Mendonça, jornalista e cartunista.

Há mais de 30 anos atua no jornal O Estado do Paraná. Destacamos a qualidade de suas crônicas, que com

muito talento, cultura e perspicácia agrada seus leitores, sempre abordando temas atualizados e democráticos.

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Restaurante Costelão de Ipanema.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Costelão de Ipanema, através de seu proprietário, Sr. Clacir Luiz Pramio, que há mais de 20 anos oferece atendimento de excelência aos seus clientes com qualidade gastronômica e tradição em nosso litoral.

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Versátil Eventos.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Versatil Eventos, tradicional espaço de festas em nossa capital, empresa que vem contribuindo para o desenvolvimento do mercado, gerando empregos.

Destacamos os relevantes serviços prestados aos seus clientes, com qualidade e eficiência, através de seus proprietários Beatriz Szpak e Adriano Marques da Costa, bem como da competente equipe de profissionais.

REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Gilberto Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um centro de saúde no bairro Jardim Ipê, no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de um centro de saúde no bairro Jardim Ipê, tem por objetivo atender a população daquela região, que atualmente necessita deslocar-se até o Posto Central, cuja unidade encontra-se prestando atendimento além de sua capacidade.

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que esta Mesa Executiva envie expediente ao Exmo. Sr. Stênio Jacob, Presi-

dente da SANEPAR, solicitando as seguintes informações sobre a Estação de Tratamento de Esgoto de Joaquim Távora:

1 - quais as condições de funcionamento e manutenção da estação;

2 - o volume de esgoto tratado;

3 - o destino dos resíduos e da água, bem como o monitoramento, os índices, do resultado da Estação de Tratamento de Esgoto de Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente:

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente dessa Casa, por seus Deputados adiante assinados, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da MINEROPAR, Sr. Eduardo Salamuni, para que este envie funcionários da empresa para o município de Dois Vizinhos.

Recentemente houve a constatação de contaminação de seis nascentes de água com óleo combustível. O IAP já vem promovendo estudos e análises sobre o incidente, entretanto ainda restam dúvidas sobre a origem desse óleo. Desta forma o envio de funcionários da MINEROPAR, para que promovam as análises do óleo combustível e sua origem.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA, ROSANE FERREIRA, ELTON WELTER, OSMAR BERTOLDI, CLEITON KIELSE, LUIZ FERNANDES LITRO e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. se o Secretário de Estado da Comunicação Social, Airton Pissetti, utiliza cartões corporativos;

2. em caso afirmativo, quais são? Acrescentar número e a bandeira de cada um desses cartões.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, indagando se existe algum edital de concorrência para execução de recuperação asfál-

tica na rodovia que liga os municípios de Barracão a Pranchita.

Em caso positivo, informar ainda a previsão de início das obras e a duração do período em que a mesma estará sendo recuperada.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) ADEMAR TRAIANO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 039/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, com sede e foro em Pinhais, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais, com sede na cidade de Pinhais/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei nº 775, de 23/04/07, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, prestar serviços nas áreas: social, saúde, desportivo, recreativa, cultural, educativa e de comunicação. Realiza atendimento às famílias com crianças de seis meses a três anos de idade, no cadastramento do Programa Leite das Crianças, em parceria com os Governos Municipal, Estadual e Federal. Promove campeonato de futebol de areia com atletas de categoria veterano. Promove continuamente o debate, objetivando o avanço dos projetos comunitários.

PROJETO DE LEI Nº 040/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos do Parque Tarumã I e II, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos e Moradores do Parque Tarumã I e II foi fundada em 1997 e vem funcionando,

desde então, na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural dos dirigentes, lideranças e associados; na capacitação e qualificação de recursos humanos de dirigentes, lideranças e associados; na promoção e edição de materiais informativos e capacitacionais de dirigentes e lideranças; no desenvolvimento institucional da Associação e estímulo ao espírito de solidariedade de dirigentes, lideranças e associados; no incentivo e na promoção da vida comunitária no bairro, bem como na promoção, representação e defesa jurídica dos interesses dos associados.

O relatório de atividades da instituição demonstra a forma dinâmica de atuação, beneficiando a região dos Parques Tarumã e sua gente trabalhadora.

PROJETO DE LEI Nº 041/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira o estabelecimento de ensino localizado no lote 7-B/1, Gleba Fazenda Gaúcha, ao lado do Conjunto Habitacional Dom Romeu Alberti, no Município de Apucarana.

Parágrafo Único. O estabelecimento de ensino, além da localização especificada no *caput* deste artigo, tem como endereço a rua Santa Helena, localizada entre as ruas Luiz Cazangi e São Leopoldo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que se presta ao estudante Antônio dos Três Reis de Oliveira, dando o seu nome a uma escola modelo que o Governo Requião está concluindo no município de Apucarana, é também uma homenagem que se presta a todos aqueles, que lutam contra a tirania, contra a opressão e pela defesa de seus ideais. É uma homenagem ao inconformismo da juventude, que muitas vezes, ao longo da história do Brasil, vem se levantando para pedir mudanças, para defender um mundo mais justo e fraterno, ainda que isso exija grandes sacrifícios.

Antônio dos Três Reis de Oliveira nasceu em 19/11/46, na cidade de Tiros, Minas Gerais, filho de Ageu de Oliveira e Gláucia Maria Abadia de Oliveira. Fez o curso ginásial no Colégio Nilo Cairo. Estudante de Ciências Econômicas na Faculdade de Apucarana, era membro da União Paranaense de Estudantes. Junto com José Idésio Brianezi, produzia programa para a rádio local.

Inconformado com os rumos dados ao país pelo Governo Militar, tornou-se militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi indicado no Processo 15/68 por sua participação no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e no Inquérito Policial nº 9/72, dos

quais foi excluído em decorrência de sua morte. Desapareceu aos 26 anos de idade, em 10/05/70, em São Paulo.

Segundo denúncia dos presos políticos de São Paulo, em documento datado de março de 1976, Antônio dos Três Reis de Oliveira foi metralhado, juntamente com Alceri Maria Gomes da Silva, no dia 10/05/70, em sua residência, no Tatuapé, em São Paulo, por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN), chefiado pelo Capitão Maurício Lopes de Lima. Em 1991, seu nome foi encontrado no DOPS/PR, numa gaveta com a identificação "Falecidos".

Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, São Paulo, no dia 21/05/70. Seu laudo necroscópico se refere a um único tiro no olho direito e é assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Abeylard Queiróz Orsini.

No dia 10/12/91, com a presença de seus familiares, a equipe de técnicos da UNICAMP, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos tentaram a exumação de seus restos mortais, que não foram encontrados. A quadra onde deveria estar enterrado Antônio dos Três Reis de Oliveira e pelo menos outros dois presos políticos da época (Alceri Maria Gomes da Silva e Antônio Raimundo Lucena, este assassinado em Atibaia no dia 20/02/70, sofreu profundas alterações. Segundo sepultadores, em 1976 houve exumações no momento da alteração da quadra e as ossadas foram jogadas em algum lugar do cemitério.

No relatório do Ministro da Aeronáutica, consta que Antônio dos Três Reis de Oliveira faleceu em 17/05/70, em Taubaté/SP, quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um provável aparelho, o que resultou na sua morte.

Amigo de Antônio dos Três Reis de Oliveira e também militante da ALN, o estudante José Idésio Brianezi foi assassinado no dia 13/04/70 por agentes do Governo Militar.

Sendo assim solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que apresento.

PROJETO DE LEI Nº 042/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado do Paraná a proceder a isenção do pagamento das taxas incidentes sobre a emissão de segundas vias de documentos expedidos pelos órgãos públicos estaduais, quando roubados.

Art. 2º O direito à isenção concedido pelo *caput* da presente lei, dar-se-á mediante a apresentação, por parte do cidadão interessado, do competente Boletim de Ocorrência Policial, o BO.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor após a sua regulamentação, na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa proposta pelo presente projeto de lei, encontra-se em vigor desde o ano de 1998, no estado do Rio de Janeiro.

A justificativa maior para a sua aprovação, elaborada pelo Deputado Jarbas Stelmann e promulgada pelo então Presidente do Legislativo carioca, Sérgio Cabral Filho, hoje Governador, estribou-se no fato de que a necessidade da expedição de segunda via de documento, emitido por órgão estadual, quando resultado de roubo, decorre de carência da necessária segurança pública, atribuição do próprio Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 043/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder cessão de uso à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, até o dia 31/12/10, do imóvel situado na Avenida Paraná, 1536, constituído do lote nº 0179, do Quadrante 10, Quadricula 01, Setor 06, da Quadra 38, localizado no município de Foz do Iguaçu, com área de 3.584,41m², e edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m², registrado sob matrícula nº 18.391, do Cartório de Registro de Imóveis daquele município.

Parágrafo Único. Expirado o prazo referido neste artigo, a cessão de uso poderá ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, declarada de utilidade pública estadual através da Lei nº 11156, de 25/07/95, vem utilizando como sede o imóvel acima descrito, pertencente ao patrimônio do estado, e cedido à entidade a título de cessão de uso desde 1991, cujo comodato venceu, necessitando portanto da efetivação de nova cessão de uso através de lei, conforme requisito do artigo 10 da Constituição Estadual.

Atualmente a instituição atende a cerca de 500 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional, promovendo assistência a partir do nascimento até pessoas de terceira idade, prestando relevantes serviços sociais.

A permanência da APAE no referido imóvel, continuará proporcionando condições da entidade atender a sua clientela formada por alunos de famílias carentes daquela comunidade, merecendo portanto o presente projeto o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 044/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José - CASJ.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Acolhimento São José - CASJ, tem o trabalho direcionado para a dignidade das pessoas e não apenas para suas necessidades imediatas, consequentemente não podemos apenas restaurar, reeducar, dar alimentação, etc..., mas sim apontar o caminho da perfeição e da felicidade, realizado na sua totalidade como ser humano, muito de seus anseios. Oferecemos uma nova mensagem para que as pessoas possam viver mais felizes e mais satisfeitas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 045/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedado no estado do Paraná a locação, prestação de serviços, contratos de mútuo e comodato e cessão de cães para fins de guarda.

Parágrafo Único. Entende-se por infratores desta lei os proprietários dos cães, o proprietário do imóvel em que os animais estejam guardando ou vigiando, bem como todo aquele que contrate por escrito ou verbalmente, para se utilizar os trabalhos de cães para fins de guarda.

Art. 2º Os infratores da presente lei ficam sujeitos ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) UPF's/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), por animal.

§ 1º O valor da multa será dobrado na hipótese de persistência, progressivamente até a regularização da infração;

§ 2º Nos casos de persistência será considerado o período de 24 horas para a aplicação de nova penalidade;

§ 3º Aplicação da penalidade prevista neste artigo não exclui a aplicação de penalidades decorrentes de

eventuais casos de maus-tratos causados aos animais, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º Das penalidades aplicadas por infração ao disposto nesta lei será assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório ao infrator.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

**Parecer Ministério Público da
Inconstitucionalidade da Atividade de Aluguel
de Cães para Segurança**

Fundamentação da inconstitucionalidade da atividade de empresas prestadoras de serviços de segurança que utilizam cães, exarada pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba, através do Promotor de Justiça Dr. Sérgio Luiz Cordoni:

A Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba recebe constantemente reclamações acerca dos serviços prestados pelas empresas que locam cães para vigilância de imóveis, mormente pelos maus-tratos a que estes animais são submetidos.

Na mesma esteira, referidas empresas não são passíveis de fiscalização, tampouco coibição, uma vez que em sua maioria são clandestinas.

Desta forma, a questão da fiscalização é comprometida e os cães utilizados para resguardar imóveis de terceiros, ou construções, ficam sem qualquer assistência alimentar e veterinária, sem contar a solidão em que vivem tais animais.

O Ministério Público do Estado do Paraná interpôs ações civis públicas em desfavor das empresas que possuíam registro na Junta Comercial do Paraná, com o fim de paralisar suas atividades, uma vez que se atestaram maus-tratos aos cães utilizados como bens.

A título de ilustração, transcrevo decisão monocrática que concedeu a medida liminar pugnada, reconhecendo que a atividade oferece perigo real aos animais, quanto à coletividade:

3. Assim presente o fumus boni juris - a legislação pátria veda a prática de maus-tratos a animais (CF - artigo 225; Código Estadual de Proteção aos Animais - Lei 14037 de 20/03/03 - artigos 2º e 11; Lei dos Crimes Ambientais - Lei Federal 9605 de 12/02/98 - artigo 32 e Decreto Lei 24465, de 10/07/34) e no procedimento administrativo instaurado pelo autor há relato da situação dos animais utilizados pela empresa de locação de cães de guarda em seus postos de trabalho, o péssimo estado de saúde que se encontram, a ausência de alimentos e água para os mesmos, bem como de local para esconderijo das intempéries, conforme se depreende pela documentação apresentada e o - periculum in mora - se não acolhida a liminar, os animais continuarão a sofrer maus-tratos e, além de correrem risco de vida, poderão

colocar em risco, inclusive, as pessoas vizinhas aos seus postos de trabalho. (...)

Os cães utilizados nestas atividades são encontrados, na sua maioria, desnutridos e desidratados, sem condições de higiene, em locais abandonados, com materiais cortantes ao redor, sem proteção para chuva, enfim, sem uma assistência alimentar e veterinária básicas.

Mesmo que as atividades sejam regulamentadas por uma legislação municipal rígida, os maus-tratos para com tais animais permanecerão. Isto porque, o problema principal é a clandestinidade das empresas e a ausência de condições eficientes de fiscalização.

Argumentou-se que as atividades relacionadas com a locação de cães não poderiam ser impedidas, sob o fundamento de proteção constitucional.

O inciso XIII, do artigo 5º da Constituição Federal, versa sobre a liberdade de ação profissional, ou seja, a faculdade de escolha do trabalho que se pretende exercer. *In verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Tal artigo trata do direito de cada indivíduo exercer atividade profissional, de acordo com suas preferências e possibilidades e, logicamente, de acordo com os preceitos legais.

Por sua vez, o artigo 225 da CF, aponta em seu inciso VII, a obrigação do Poder Público e da coletividade em proteger todos os animais, colocando-os a salvo de maus-tratos e crueldades. Vejamos:

Art. 225. Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma de lei, às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

No mesmo diapasão dá-se a imposição constitucional estadual, conforme artigo 207, parágrafo 1º, X e XIV:

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade desse direito:

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

Ora, diante do choque de dois preceitos constitucionais, que não são superiores hierarquicamente, deve sempre sobrepujar o interesse público sobre o particular, aplicando-se para tanto, o princípio da primazia do interesse público, função esta, inclusive, que incumbe ao Poder Legislativo Municipal.

Não existe hierarquia entre as normas constitucionais, cujos dispositivos devem conciliar desenvolvimento econômico, bem-estar humano e meio ambiente sadio, o que não ocorre nos casos de locação de cães, cuja problemática é demasiadamente conhecida por esta Promotoria de Justiça.

Nesse sentido, preleciona Laerte Fernando Levai (Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2005. Volume 1. pág. 471)

...não se pode esquecer que a Constituição Federal de 1988, ao vedar a submissão de animais à crueldade, erigiu em cláusula pétrea um dispositivo de conteúdo moral. Embora submetida às regras civis do direito de propriedade, a fauna doméstica acabou sendo igualmente tutelada pelo legislador.

Destaca ainda o ilustre Promotor:

Dentro dos princípios constitucionais da ordem econômica, relacionados no artigo 170 da CF, está o da defesa do meio ambiente, no qual se inclui a proteção aos animais. Isto porque a Constituição pôs a natureza - na mesma forma que a fauna - na condição de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Ademais, é pacífico o entendimento de que nenhum direito é absoluto, uma vez que podem ser limitados sempre que houver a hipótese de colisão de direitos, como no caso em tela.

Em um vértice pretende-se a regulamentação de uma atividade particular que utiliza como mão-de-obra cães, com o fim de realizar segurança de imóveis particulares. Do outro vértice, busca-se a proibição de tal atividade, cuja regra consiste em maus-tratos dos cães, premissa esta atestada por documentos constantes em ações civis e demais peças do órgão ministerial.

O ilustre constitucionalista José Afonso da Silva (Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Editora Malheiros, 2001), enfatiza que a defesa do meio ambiente - elevada ao patamar de princípio da ordem econômica - tem o efeito de condicionar a atividade produtiva ao respeito à natureza e, por conseguinte, aos animais que o legislador protegeu da crueldade. Vejamos:

Consta a terminologia direitos do homem, objetiva-se que não há direito que não seja humano e ou do homem, afirmando-se que só o ser humano pode ser titular de direitos. Talvez já não seja mais assim, porque, aos poucos, vai se formando um direito especial de proteção aos animais.

A defesa do meio ambiente é um daqueles princípios que possibilitam a compreensão de que o capitalismo concebido há de humanizar-se.

Desta feita, conclui-se que diante do choque dos preceitos constitucionais é óbvio que o interesse difuso e coletivo deve prevalecer sobre o particular, sob o escopo ainda do princípio da razoabilidade.

Importante frisar a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização contra tais atividades, sendo impossível e totalmente inviável o seu controle.

Embora se possa dizer que o princípio da atividade econômica possibilita ao proprietário do animal tratá-lo como um bem móvel, é evidente que o animal, como criatura sensível capaz de vivenciar emoções, angústias e sofrimentos, tem direito ao respeito e à dignidade.

Há, em meio aos arcabouços jurídicos brasileiros, imperativos morais categóricos que sugerem uma preocupação ética em relação aos animais, como se vê nas referidas cartas constitucionais - federal e estadual - que vedam a crueldade e, no âmbito criminal, do artigo 32 da Lei nº 9605/98, que tipificou práticas abusivas que maltratem, firam ou mutilam animais domésticos, inclusive (Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2005. Volume 1):

O conflito constitucional de normas, no caso da proteção dos animais no que tange à prestação dos serviços como se pretende regulamentar no presente caso, é apenas aparente. Isto porque um dispositivo constitucional que se opõe à conduta mais terrível que pode recair sobre um ser vivo - os maus-tratos - jamais poderia ser esmagado por interesses mercantis.

Diante de tudo o que foi exposto e relatado, esta Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba opina pela proibição de qualquer atividade de aluguel de cães no município de Curitiba, para o fim de se evitar os maus-tratos a referidos animais.

(a) SÉRGIO LUIZ CORDONI - Promotor de Justiça
Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente
de Curitiba

Parecer Jurídico

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

EMENTA:

Município. Competência legislativa. Meio Ambiente. Vedação de atividade. Locação de cães de guarda. Serviço de Segurança Privada. Maus-tratos. Constitucionalidade formal e material de lei municipal sobre a matéria.

Consulta

Trata-se de parecer jurídico a ser apresentado à Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Curitiba, relativo à constitucionalidade (ou não) de lei municipal que proíba o exercício da atividade de prestação de serviços de segurança privada na modalidade de locação de cães de guarda. Tal demanda decorre da reiterada ocorrência de maus-tratos

aos animais em decorrência desta atividade exercida discriminadamente no município, apontada pelos membros do Conselho Municipal de Proteção ao Animal - COMUPA, presentes em reunião realizada na Câmara Municipal de Curitiba.

Resposta

Inicialmente deve-se destacar que a questão relativa à proibição de atividade reiteradamente causadora de maus-tratos aos animais envolve a edição de legislação sobre matéria ambiente. Essa constatação decorre do fato de que o bem-estar animal é tratado no Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal, relativo ao meio ambiente, bem como pelo fato da prática de atos de maus-tratos contra animais (domésticos ou silvestres) constituir crime ambiental, nos termos do artigo 32 da Lei nº 9605/88 e infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 17 do Decreto Federal 3179/99.

Assim, a edição de lei municipal que trate dessa matéria deve obedecer as normas relativas às competências legislativas em matéria de meio ambiente previstas na CF. É o que se abordará de início neste arrazoado, para posteriormente averiguar o enquadramento do presente caso nessas competências. Essa averiguação objetiva identificar quais são as competências legislativas ambientais dos municípios na Constituição Federal de 1988.

Pois bem. Estabelece o artigo 24 da CF que compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre, dentre outras matérias: inciso VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; e inciso VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Ou seja: meio ambiente em sentido amplo.

Assim, a competência legislativa da união, dos estados e do distrito federal em matéria ambiental é concorrente. Segundo Paulo de Bessa Antunes (Direito Ambiental 5ª Ed. do Rio de Janeiro: LumenJuris, 2001, p. 62-63), competência concorrente:

...implica que a união deve estabelecer os parâmetros gerais a serem observados pelos demais integrantes da federação (...), cabendo aos estados minudenciar os aspectos da proteção ambiental em concreto. Os estados podem suplementar a legislação federal. Observe-se eu, se inexistente a norma federal, os estados exercerão a competência legislativa plenamente, de modo a atender às suas peculiaridades. No momento em que passe a existir legislação federal sobre normas gerais, a legislação estadual, naquilo que contrariar a norma federal, perde eficácia.

De fato, os parágrafos do artigo 24 estabelecem que:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º *A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

§ 3º *Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.*

§ 4º *A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.*

Destaque-se que a Constituição Federal não inclui os municípios dentro dos entes federativos com competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

A competência legislativa dos municípios, assim, está prevista nos incisos I e II do artigo 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)

Retomando a lição de Paulo de Bessa Antunes - “os municípios não estão arrolados entre as pessoas jurídicas de direito público interno encarregadas de legislar sobre meio ambiente. No entanto, seria incorreto e insensato dizer-se que os municípios não têm competência legislativa em matéria ambiental”.

Como bem destaca José Afonso da Silva (Direito Ambiental Constitucional. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 52), *é plausível reconhecer, igualmente, que na norma do artigo 30, II, entra também a competência para suplementar a legislação federal e a legislação estadual na matéria (ambiental).*

Já Edis Milaré (Direito do Ambiente. 4ª Ed. São Paulo: RT, 2005, p. 231) esclarece que essa competência dos municípios em suplementar as normas federais e estaduais igualmente segue a regra dos parágrafos do artigo 24 da CF, não podendo ignorá-las ou desrespeitá-las.

É evidente então a competência municipal para suplementar a legislação federal e estadual em matéria ambiental.

Além disso, os municípios apresentam a competência legislativa ampla para regular matéria de interesse local, mesmo aquelas que dizem respeito às questões de meio ambiente, nos termos do artigo 30, I, acima transcrito, que não se confunde ou conflita com a competência suplementar.

Há, portanto, competência legislativa do município, em matéria ambiental, para suplementar a legislação federal e estadual e para regular questões de interesse local.

Feito esse panorama das competências legislativas em matéria ambiental, passa-se a analisar a possibilidade (constitucionalidade) do município de Curitiba editar norma que proíba o exercício da atividade de prestação de serviços de segurança privada mediante locação de cães de guarda.

Para tanto, duas questões devem ser analisadas. Primeiramente, a ocorrência de uma eventual inconstitucionalidade formal, especialmente com relação a obediência

das competências legislativas acima expostas. A seguir, deve ser feita uma análise de eventual inconstitucionalidade material da norma, ou seja, de eventual conflito entre seu conteúdo e o da Constituição Federal, apenas a título de esclarecimento, destaque-se que o controle concentrado de constitucionalidade - as conhecidas ações diretas de inconstitucionalidade - de leis municipais como regra, não é feito pelo Supremo Tribunal Federal).

Do ponto de vista das competências legislativas, como ressaltado acima, o município apresenta competência para legislar de forma suplementar à união e aos estados, bem como legislar sobre matéria de interesse local.

Ora, a edição de norma que vise proibir atividade que envolve a concorrência de maus-tratos aos animais enquadra-se nas duas hipóteses acima mencionadas (competência suplementar e interesse local). Há competência do município em suplementar a legislação federal existente que proíbe a prática dos maus tratos, consubstanciada, além da Lei de Crimes Ambientais (acima mencionada), no Decreto 24645/34, que apresenta força de lei e assim foi recepcionado pela atual ordem constitucional, (posto que editado pelo Presidente Getúlio Vargas sob a égide do Decreto nº 19398/30, pelo qual o Chefe do Poder Executivo Federal incorporou a função do legislador, dissolvendo o Congresso Nacional), e define quais as práticas consideradas como de maus-tratos. Dessa forma, sem contrariar essas normas, mas adaptando-as a sua realidade local, pode o município suplementá-la, editando lei municipal sobre a matéria.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal - STF, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2656/SP e 3645/PR, contra normas estaduais que, respectivamente, visavam a proibição de utilização de amianto crisotila e de organismos transgênicos nos estados fixou entendimento de que há violação da competência suplementar quando e ente da federação (no caso estados, mas extensível aos municípios) contraria norma geral editada pela União. Nos dois casos (amianto crisotila e transgênicos), existia legislação federal que permita o exercício da atividade, sendo que o STF entendeu que a competência suplementar dos entes da federação não autoriza a contrariar as normas permissivas existentes na legislação federal, motivo pelo qual as leis estaduais foram declaradas inconstitucionais.

Como no caso em tela não há legislação federal que estabeleça normas gerais permissivas sobre a atividade de prestação de serviço de segurança mediante a locação de cães de guarda, eventual proibição (tanto por lei estadual ou municipal), no exercício da competência supletiva em matéria ambiental, não encontra óbice na Constituição Federal.

Além disso, há evidente interesse local na matéria, pois além do bem-estar dos animais existentes em seu território, o controle de atividades com impacto direto e diário na vida de seus cidadãos envolve interesse local do município em disciplinar determinada matéria. Há tam-

bém evidente interesse na segurança dos cidadãos, tendo em vista que os animais objeto dessa atividade, sem supervisão de qualquer cidadão, podem atentar contra a vida dos munícipes, destacando, novamente, o interesse local de eventual legislação.

Nesse sentido, é de se destacar recente julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (autos nº 129.132.0/5-00), que considerou constitucional lei editada pelo município de Limeira/SP, no exercício de sua competência para legislar sobre interesse local, que proibiu a queimada de palha de cana-de-açúcar na sua colheita. Esse julgamento reforça a competência municipal para regramento de questões ambientais nas quais haja interesse local, posto que a queima de palha de cana-de-açúcar vinha causando diversos males de saúde aos munícipes daquela localidade.

Além desses, são fartos os exemplos de leis municipais que vedam atividades econômicas, no exercício de sua competência legislativa relativa ao interesse local. Destaca-se, dentre eles, o exemplo da Lei Municipal nº 2246/02, do município de Paracatu-MG, que regulou e restringiu a manutenção e circulação de animais da raça Pit-Bull em sua território. Essa lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em acórdão assim ementado:

ADI. Lei municipal. Manutenção e circulação de animais potencialmente perigosos. Pit Bull. Criação de despesas e serviço. Inexistência. É da competência local do município cuidar da saúde e da assistência pública e faz parte dessa atribuição agir, preventivamente, contra males que possam ocasionar risco à incolumidade das pessoas. A competência administrativa pressupõe competência normativa suplementar, que se exerce mediante lei, cujo projeto não se insere na competência ou iniciativa reservada do Prefeito. Julga-se improcedente a representação de inconstitucionalidade. (ADI nº 000.314.496-1/00. Rel. Des. Almeida Melo. DJ: 27.06.2003).

Assim, é de se concluir que o município de Curitiba tem competência legislativa para editar que trate da questão em tela.

Resta analisar eventual inconstitucionalidade de uma proibição da atividade de prestação de serviços de segurança privada mediante locação de cães de guarda.

Sobre essa questão, inicialmente lembre-se que a vedação da prática de maus-tratos contra animais é vedada, na forma da lei, pela Constituição Federal. Tal a relevância dessa proibição que o Supremo Tribunal Federal considerou que no caso concreto da realização da farra do boi no estado de Santa Catarina, essa proteção sobrepõe aos direitos culturais de manutenção daquela prática, impondo ao Governo do Estado de Santa Catarina a adoção de medidas para impedir sua prática (Recursos Extraordinário nº 153531, Rel. Min. Francisco Resek, DOU 13.03.1998).

Em sentido semelhante, entendendo que a prática de rinha de galo envolve violação da proibição da prática

de atos de crueldade contra os animais, o STF declarou inconstitucional Lei do Estado de Santa Catarina que regulamentou e permitiu tal atividade, conforme se observa do julgamento da ADI nº 2514/SC (Rel. Min. Eros Grau, DJU 09.12.2005).

Aproximando a questão da competência legislativa dos municípios, destaque-se o julgamento de diversas ações diretas de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nas quais foram declaradas inconstitucionais normas municipais que permitiram e regulamentaram tal atividade. (ADI nº 70010148393, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Maria Berenice Dias, Julgado em 11/04/2005).

Em igual sentido destaque-se as ADIs nºs 70010148393, 70009169624 e 70000177667, daquele Tribunal de Justiça.

Dessa forma, resta evidente que a ocorrência de maus-tratos contra os animais decorrente de determinada atividade é condição negativa para sua autorização e regulamentação pelo Poder Público Municipal, estando a norma proibitiva em consonância com o mandamento constitucional de a lei proibir as práticas que submetam os animais à crueldade.

Nesse sentido, como destaca o Ministro do STF Eros Roberto Grau (A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 187), o princípio da livre iniciativa não é absoluto (como nenhum princípio o é) e nunca foi. O autor, ao tratar da origem desse princípio (fazendo referência ao direito francês do século XVIII) esclarece que:

“Vê-se para logo, nestas condições, que no princípio, nem mesmo em sua origem, se consagrava a liberdade absoluta de iniciativa econômica. Vale dizer: a visão de um estado inteiramente omissivo, no liberalismo, em relação à iniciativa econômica privada, é expressão pura e exclusiva de um tipo ideal. Pois medidas de polícia já eram, neste estágio, quando o princípio tinha o sentido de assegurar a defesa dos agentes econômicos contra o estado e contra as corporações, a eles impostas.

...Importa deixar bem vincado que a livre iniciativa é expressão de liberdade intitulada não apenas pela empresa, mas também pelo trabalho. A Constituição, ao contemplar a livre iniciativa, a ela só opõe, ainda que não exclua a iniciativa do estado; não a privilegia, assim como bem pertinente apenas à empresa.

É que a livre iniciativa é um modo de expressão do trabalho e, por isso mesmo, corolária da valorização do trabalho, do trabalho, livre - como observa Miguel Reale Júnior - em uma sociedade livre e pluralista.

Daí por que o art. 1º, IV do texto constitucional - de um lado - enuncia como fundamento da República Federativa do Brasil o valor social e não as virtualidades individuais da livre iniciativa e - de outro - o seu art. 170, *caput*, coloca lado a lado trabalho humano e livre iniciativa, curando, contudo no sentido de que o primeiro seja valorizado”. (p.190).

Ademais, como se observa o inciso VI do artigo 170 da CF, a defesa do meio ambiente é um dos princípios da atividade econômica na ordem jurídica brasileira, motivo pelo qual a defesa do meio ambiente deve ser observada no exercício de qualquer atividade econômica.

Retomando a lição de Erro Roberto Grau (p. 228).

“O princípio da defesa do meio ambiente conforma a ordem econômica (mundo do ser), informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego. Além de objetivo, em si, é instrumento necessário - e indispensável - à realização do fim dessa ordem, o de assegurar a todos existência digna. Nutre também, ademais, os ditames da justiça social. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo - diz o art. 225, *caput*”.

Dessa forma, conclui-se que o não haveria inconstitucionalidade material em lei municipal que determinasse a vedação de atividade causadora de atos de crueldade contra os animais.

Assim, face ao exposto, opina-se pela constitucionalidade formal e material de eventual lei municipal que determinasse a proibição da atividade de prestação de serviços da segurança privada sob a forma de locação de cães de guarda. Há, no caso em tela, possibilidade de que decisão política (pelos Vereadores do município, como representantes do povo), em aprovar lei municipal com tal conteúdo, sem que seja ferida a ordem constitucional (destaco que na Constituição do Estado do Paraná - a qual eventual norma municipal também deve estar em sintonia - determina: ser princípio do estado do Paraná a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida - art. 1º, IX; e ser direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, determinando ao Poder Público a vedação das atividades que submetem os animais à crueldade, repetindo o mandamento constante na Constituição Federal).

(a) LEONARDO ZAGONEL SERAFIN

O objetivo desta lei é coibir de maneira incisiva a utilização dos animais como aparato de guarda e segurança comercial em nosso estado, banindo de forma definitiva a prática de locação e de toda atividade assemelhada no âmbito estadual.

Tal iniciativa acompanha uma tendência mundial irreversível, no sentido de dar aos animais o respeito e o tratamento digno que merecem. A título ilustrativo, compilamos o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em seu preâmbulo: Considerando que todo animal possui direitos; considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza; considerando que o reconhecimento pela espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das outras espécies no mundo; considerando que os genocídios são perpetrados pelo homem e há o

perigo de continuar outros; considerando que o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante; considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais.

Em que pese essa tendência de respeito e tratamento digno, ainda observamos práticas determinantes do crime de maus-tratos, como a atividade de locação de cães para guarda que pela sua especialidade sujeita o animal à situação de abandono e crueldade.

A denúncia e prevenção contra os maus-tratos aos animais é legitimada, dentre outros dispositivos, pelo artigo 32 da Lei Federal nº 9605/98 (Lei de Crimes Ambientais), que diz: *Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime*.

Também é consubstanciada pelo Decreto Federal nº 24645/34, que define como maus-tratos: praticar atos de abuso ou crueldade em qualquer animal, golpeando-o, ferindo-o, ou mutilando-o; manter animais em lugares insalubres; sujeitá-los a trabalhos insalubres; abandonar animal doente ou ferido; infligir-lhe castigos imoderados; utilizar-se dos serviços de animal enfermo e, se sadio fazê-lo trabalhar sem descanso ou alimentos suficientes; manter ou transportar animais em cativeiro anti-higiênicos;

Além das situações definidas pelo Decreto Federal os animais estão sujeitos à exposição a acidentes, a violências e envenenamentos; ausência de assistência veterinária em geral e especialmente nos casos de nascimento de crias; abandono do animal quando indesejável ou que não traga mais lucro. sacrifício de doentes ao invés de tratamento; espancamento e morte quando se defendem.

Um outro aspecto aliado às situações de maus-tratos descritas, são os aumentos significativos de ataques de cães de guarda à população por absoluta falta de controle desses animais que estão em situação de abandono em seus “postos de trabalho”. É importante observar que os cães são animais de companhia por excelência, vêm acompanhando o ser humano desde os seus primórdios, e que a situação de abandono os coloca em condição de extremo sofrimento pela privação de contato afetivo com o seu dono. Além disso, cães destinados à guarda necessitam de adestramento e de acompanhamento de seu dono para efetuar os comandos que lhes são ensinados, o que não ocorre com a atividade de locação de cães para guarda.

Por fim convém lembrar que a existência dessa atividade tem relação direta com o desemprego na sociedade, pois se os cães são os “funcionários” das empresas: a cada cão alugado, um vigia desempregado.

A defesa da proibição dessa atividade foi amplamente discutida pelas organizações de proteção e defesa dos direitos dos animais; recebeu amplo apoio popular para sua aprovação na cidade de Curitiba com cerca de 70% de aceitação comprovada pelas enquetes e pesquisas feitas pela Prefeitura.

Assim, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis a aprovação da matéria aqui elencada e cito o filósofo inglês Jeremy Bentham que há mais de 200 anos atrás já argumentava em favor dos direitos dos animais:

Talvez chegue um dia em que o restante da criação animal venha adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania. A questão não é saber se os animais são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas sim, se são passíveis de sofrimento.

PROJETO DE LEI Nº 046/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Eitaro Ikeda a trincheira localizada no Km 125+500 metros da BR-369, interseção com a PR-090, no município de Jataizinho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Eitaro Ikeda, lavrador, nascido em 10 de agosto de 1879, na província de Ehime - Ken Iyo, Kamimada - Mura, Oaza Kaminadako 649, e sua esposa Miyano Ikeda, nascida em 09 de janeiro de 1889, saíram do Japão em 22 de abril de 1908, no navio Kassato Maru, Porto de Kobe/Japão e desembarcaram em 19 de junho de 1908, porto de Santos/SP, como trabalhadores rurais no interior de São Paulo.

Chegaram no município de Assaí/PR, no ano de 1940, adquirindo terras da Fazenda Três Barras, sendo pioneiros da Secção Cedro, à época, município de Assaí/PR. Nesse mesmo período as famílias Mihazaki, Kshino, Ishihara, Kishino Ito e Sato, adquiriram terras na vizinhança de sua propriedade.

O casal Ikeda teve seis filhos: Raul Hiroshi Ikeda; Heitor Toshio Ikeda; Jacyra Miyaco Ikeda; Rosa Aiko Ikeda; Luiza Luriko Ikeda e Elza Tokuko Ikeda.

O Sr. Eitaro Ikeda faleceu em 26/08/59 e sua esposa em 20/05/77, ambos sendo enterrados no Cemitério Municipal de Assaí.

Assim, pedimos aos Pares desta Casa o apoio e o voto favorável para aprovarmos esta justa homenagem ao Sr. Eitaro Ikeda, pioneiro da cidade de Assaí.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente é a Deputada Luciana Rafagnin, a quem concedemos a palavra.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No uso da tribuna neste dia queria inicialmente falar que é uma alegria, um dia para ser comemorado, porque hoje, em Brasília, o Presidente Lula lançou o Programa Territórios da Cidadania. É um programa importante, e que tem como objetivo maior elevar o IDH dos municípios onde tem um baixo índice de desenvolvimento humano. A princípio o programa visa, e vai atender 958 municípios de 60 territórios no nosso país. É importante dizer que esse programa vai se dar em parceria com os Governos municipais estaduais e também com a sociedade civil. É um programa que vem de encontro a ajudar a diminuir ainda mais a desigualdade social que temos no país.

Está previsto agora para o ano de 2008, R\$ 9,3 bilhões para desenvolver 110 ações de 10 Ministérios: 2,9 bilhões vão para 58 ações de apoio às atividades produtivas, 5 bilhões vão para 42 ações de cidadania de desenvolvimento social e 1,4 bilhões vão para ação na área de infra-estrutura. Isso é importante e eu tenho certeza que o Presidente Lula vem desenvolvendo muitas ações para combater a desigualdade social que temos no país. São milhares de pessoas que já saíram da classe D e E e passaram para a classe C. Hoje temos as pessoas com poder aquisitivo maior de compra; temos muitas pessoas que estavam desempregadas e hoje conseguiram seu emprego, diminuiu bastante o desemprego no nosso país. Ficamos felizes com programas como este lançado nesta manhã pelo Presidente Lula. E tenho certeza que nessa parceria com os estados e municípios vamos vencer, e bastante, a desigualdade social no nosso país.

Também gostaria de falar aquilo que nesta manhã tive uma Audiência com o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, na qual o assunto principal foi a questão do hospital regional do sudoeste, uma luta antiga que estamos levando nesta Casa, e vários Deputado daqui vêm participando. Acho que para nós que representamos aquela região, que só o sudoeste tem 42 municípios, que não tem ainda um hospital público, para nós é de fundamental importância que seja implantado esse hospital. O hospital está previsto, segundo o Dr. Gilberto, sua inauguração está prevista para o mês de junho deste ano. É muito importante porque neste momento o sudoeste depende muito da capital do estado para ter um atendimento de alta complexidade, e a própria região hoje passa por uma deficiência no atendimento de urgência e emergência.

Então, é de fundamental importância que seja inaugurado esse hospital, e me sinto um tanto realizada também porque aqui lutamos muito por esse hospital, batalhamos muito, tanto que apresentamos a lei. Lutamos para que não ficasse apenas numa proposta.

Governador Roberto Requião assumiu esse compromisso de implantar o hospital regional, já era uma proposta sua, de campanha.

Agora, o sudoeste esta prestes a comemorar essa grande conquista. E vai beneficiar todos os 42 municípios do sudoeste e outros municípios do estado do Paraná. Principalmente na Ortopedia, pois sabemos que é para ser referência este hospital. E que o sudoeste não sofra mais como vem sofrendo com a falta desse atendimento na questão da urgência e emergência.

Fiquei muito feliz com a notícia de hoje. Já havia uma previsão para a inauguração, mas, de uma maneira especial, fiquei muito contente quando o Secretário nos garantiu que será inaugurado até a metade deste ano. Está em fase final a conclusão das obras. O processo de licitação já vem acontecendo para a estruturação desse hospital. Aguardamos com muita expectativa, ansiedade e esperança, e que esse hospital venha atender todas as necessidades que o sudoeste tem em atendimento na questão da Saúde.

Fiquei feliz também, porque o Secretário da Saúde nos passava notícias muito boas com relação ao atendimento na área de Saúde, no estado, como a criação de centros de atendimento à mulher.

Deputada Cida, nós que trabalhamos bastante e temos essa preocupação com a saúde da mulher - e o estado também vem tendo essa preocupação - serão inaugurados muitos postos de atendimento para a saúde da mulher. Isto nos dá uma segurança de que as mulheres terão uma certa garantia no atendimento. Temos várias reivindicações para a saúde da mulher. Estamos aguardando um debate maior, num projeto que propomos nesta Casa de Leis, sobre saúde e cidadania: O atendimento, após os 40 anos, da mulher e do homem. Vai se trabalhar com campanhas de prevenção de doenças degenerativas e doenças que surgem após os 40 anos. Cuidados que se deve ter aos 40 anos. A idéia do projeto é trabalhar com campanhas preventivas e que o estado assegure o atendimento a essas pessoas.

O Projeto Saúde-Cidadania tem um objetivo todo voltado para que não ocorram tantos problemas de saúde como ocorrem na mulher, como o câncer de mama, e no homem a questão do câncer de próstata. Queremos que seja um programa de orientação. Esse projeto, esperamos que seja desenvolvido para todos os paranaenses, tanto para o homem como para a mulher. Estamos nos aproximando do Dia Internacional da Mulher, e temos neste momento uma preocupação maior com a saúde da mulher e da violência contra a mulher. É um momento ideal voltarmos a discutir a questão da prevenção da saúde.

É importante que a gente insista que esse projeto, realmente, aconteça na prática, levando a informação para que as pessoas possam se prevenir para não ficarem doentes e, claro, caso venha a se constatar algumas dessas doenças, que o estado assegure todo atendimento às pessoas que precisam de um atendimento maior.

Agradeço a oportunidade. Obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço concedido. Obrigado, Srs. Deputados!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna, nesta segunda-feira, primeiramente para comemorar, como já anunciamos na semana passada ou retrasada, o programa de investimento por parte do Governo do Estado aqui na região metropolitana de Curitiba. O Sr. Governador Roberto Requião determinou elevados investimentos para que se licitasse mais de 52 milhões em obras de infra-estrutura que vão, com certeza, melhorar os corredores de desenvolvimento, as vias de transporte coletivo, estruturar e permitir uma melhor integração na região metropolitana, como é o caso das obras do PIT - Programa de Integração da região.

É evidente que, muitas vezes, até chegar na fase de comemorar a autorização do Governador para licitação ou ordem de serviço, existe uma longa caminhada e temos a satisfação de poder saber que estamos dando sequência, realizando projetos importantes que, na condição de Secretário da região metropolitana, no mandato anterior, pudemos projetar, elaborar. São importantes projetos que, no total, vão investir mais de R\$ 120 milhões na nossa região metropolitana, reduzindo as desigualdades entre as vias que hoje são utilizadas no transporte coletivo em Curitiba e as vias pelas quais transitam os ônibus da região metropolitana, sem estrutura, muitas vezes aumentando até o custo da manutenção dos veículos, dos ônibus, e criando até desconforto, insegurança, expondo a risco os passageiros da nossa região.

Obras importantes, também, no sentido de interseção, como feita lá em São José do Pinhais, junto à avenida Rui Barbosa e à avenida das Torres, com investimentos de mais de 11 milhões e meio. São obras sonhadas quando acompanhávamos a saturação e o tempo de espera junto ao semáforo da Rui Barbosa e da avenida das Torres, especialmente nas épocas de temporada, onde o tráfego normal que vem de Santa Catarina, sentido São Paulo, se soma aos veranistas dessa região, também aqueles que se dirigem a Guaratuba e litoral do Paraná. Portanto, uma importante obra foi assumida pelo Governo do Estado, que temos que comemorar. Obras importantes, também, como a construção de um novo corredor de transporte na Fazenda Rio Grande, que vai retirar da BR-116 exatamente aquele tráfego de passageiros, onde ônibus lotados convivem com o tráfego de carretas pesadas e que expõe ao risco milhares e milhares de passageiros durante o dia.

O projeto é arrojado e pretende fazer não apenas um projeto de sistema viário, mas principalmente um projeto que abra um novo vetor de crescimento, de urbanização na região e que possibilite também o desenvolvimento econômico e empresarial, a geração de emprego na nossa região, especialmente da Fazenda Rio Grande. Obras importantes que foram projetadas, autorizadas também pelo Governador, a conclusão da avenida Domingos, que atualmente o Governo do Estado realizou uma urbanização, melhorias, em uma via nesse corredor de acesso à grande região da Cachoeira, em Almirante Tamandaré, que estava paralisado junto a região do Parque São Jorge. Com a autorização dessa obra, o Governo do Estado, numa grande urbanização está transformando a velha estrada em uma grande avenida, interligando a sede de Almirante Tamandaré, a região da Cachoeira, fazendo frente ao grande e magnífico Parque Ambiental Aníbal Khury, investindo pesado nessas obras estruturais, principalmente, que são tão necessárias e importantes. Os terminais de ônibus estão em fase de conclusão. Mas o importante é que realmente temos que comemorar e desejar que tenhamos uma licitação onde participem empresas idôneas, com capacidade técnica e financeira para fazer a conclusão do contrato, de acordo com o projeto.

O tema que me leva à tribuna não é somente comemorar as obras, mas também dizer que estivemos, na sexta-feira, intermediando junto à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, com o Dr. Alcidino Bitencourt, em uma discussão junto à comunidade do município de Colombo, especialmente, moradores e comerciantes da Estrada da Ribeira que está em obras e em uma situação desesperadora, porque infelizmente, a empresa que participou da licitação, Deputado Luiz Carlos Martins, está em processo muito próximo da falência. Ela participou de uma licitação com um desconto alto, de mais de 20%, 25% do preço tabelado, mas esta diferença de preço foi paga com vidas que foram perdidas na rodovia por acidentes que aconteceram nesse período, onde a obra caminha muito devagar, a sinalização é precária, o sistema de transporte está diariamente convivendo com riscos, assim como os motoristas e automóveis que por ali trafegam, pedestres que estão colocando a sua vida em risco pela falta de capacidade técnica e financeira de uma empresa que se dispôs a participar de uma licitação, mas não tem a responsabilidade de cumprir a obra, pressionando o Governo do Estado, muitas vezes, como fez com a Empresa Viaplan, que pegou um trecho e posteriormente se desinteressou, talvez pelo preço que propôs, forçando uma negociação do estado com a Pussoli, novamente, e uma empresa que mal conseguiria tocar um trecho que pegou, assumiu dois, provocando a paralisação.

Fomos lá e pudemos acompanhar o reclame e a discussão que conhecemos muito bem, para buscar uma solução amigável e administrativa para que essa obra tenha, o mais rápido possível, o seu reinício e a sua reto-

mada, para que não continuemos pagando com vidas e com transtornos aquilo que comemoramos muitas vezes e uma empresa acaba colocando tudo a perder.

Estou entrando nesta Casa, Sr. Presidente, com um projeto de lei exatamente proibindo qualquer participação em licitação junto ao Governo do Estado, de empresa, mesmo que amigável e administrativamente tenha se feito uma rescisão bilateral, de forma harmônica. Mas se a empresa, pelo seu atraso e pela sua inadimplência, deu origem a esta negociação de rescisão, queremos proibir para que tenhamos obras com prazos cumpridos, de qualidade, que não coloquem a população em risco.

Eu queria dar um aparte primeiramente ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Primeiramente, não posso concordar com o seu pronunciamento quando fala que esse recurso tem a finalidade de trazer a segurança ao transporte coletivo, no caso a Fazenda Rio Grande, visto que esse transporte a COMEC aquinhoou dentro de um processo iniciado no Governo Jaime Lerner. Deixar bem claro que todo esse transporte que V. Exa. está falando, esse recurso, iniciou em 2002 quando o Governador Jaime Lerner, preocupado com a região metropolitana, acabou pedindo à COMEC que organizasse, projetasse investimentos para o transporte da região metropolitana.

No entanto, Deputado Strapasson, no caso específico da Fazenda Rio Grande, numa armação política, num compromisso assumido pelo Governador Requião para obter o apoio político do Prefeito do PPS da cidade, acabou concordando em construir um terminal rodoviário exatamente a 40 metros de um já existente. Naquele tempo, quando foi construído aquele terminal, não tinha o movimento que tem hoje. Logicamente que esse terminal traz insegurança à região metropolitana. Esta Casa aprovou o requerimento enviado à COMEC quando V. Exa. era Secretário da Região Metropolitana, para que esse recurso fosse transformado em diversos terminais, são R\$ 6 milhões. Poderíamos construir um terminal em cada bairro, para desenvolver o bairro e trazer segurança ao passageiro. Hoje ele tem que sair do bairro, parar nesse terminal que vai ser construído, ao lado de um já existente.

Mas, quero parabenizá-lo pelos outros municípios que V. Exa. está citando e também pelo seu empenho. Mas, deixar claro aqui nesta Casa que a preocupação com a região metropolitana teve início em 2002, pelos técnicos e pelo Governo Jaime Lerner.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Primeiramente, gostaria de fazer um complemento ao aparte do Deputado Geraldo Cartário, o qual agradeço. Dizer que o projeto do terminal na Fazenda Rio Grande faz parte de um escopo base que, com certeza, a diretriz geral desses investimentos existiram ainda no Governo anterior ao Governador Requião, mas que o programa

não avançou exatamente porque naquela oportunidade o estado não tinha capacidade econômica sequer de dar a contrapartida, impedindo até que um programa desta envergadura pudesse ter acontecido no período de Governo do então Governador Jaime Lerner.

No entanto, para demonstrar que projetos devem ultrapassar o limite político de uma administração, esse projeto, esse programa foi levado adiante e tomou, sim, o Governador Requião, como prioridade em investir na região metropolitana e o terminal da Fazenda Rio Grande é uma questão que deve ser debatida, porque tecnicamente, o departamento técnico, os estudiosos de transporte da região metropolitana, colocam exatamente a questão do terminal existente na Fazenda Rio Grande, que foi construído sobre uma propriedade pública, com investimentos particulares, mas infelizmente de uma forma errada. Ao invés de fazer uma concessão numa área pública, vendeu-se a propriedade a vários empreendedores que lá construíram um centro comercial, inclusive supermercado, que tecnicamente não é conveniente dentro de um terminal. Os empreendedores investiram, construíram a obra e posteriormente adquiriram como se adquire um apartamento, sendo parte ideal um pedaço do terreno.

Portanto, a forma errada que se fez da cessão de um patrimônio público nesse período, é o que realmente impede que o estado faça investimentos numa propriedade particular e o terminal, hoje, não oferece tecnicamente as condições necessárias para operar. Os passageiros são obrigados, para embarcar no ônibus, ir para a chuva, no relento, a manobra de ônibus de ré muitas vezes coloca em risco as pessoas que ali transitam e o terminal não tem dentro da sua concepção de projeto, não foi projetado para um sistema modelo de Curitiba, com Ligeirinho, com Biarticulado, onde as coisas, o próprio terminal de embarque, que é o tubo, é hoje feito de uma forma tecnicamente desaconselhável.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mensagem principal, além desses investimentos, é que precisamos disciplinar para que empresas que realmente não têm responsabilidade sejam impedidas de colocar dificuldades e problemas para o Governo, para a nossa comunidade da região metropolitana.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra, por 15 minutos, o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

A cada dia que passa, eu me convenço de que ou este Governo começa a ouvir a Oposição ou, como diz o

velho ditado, este Governo está indo para o brejo, está acabando.

Vocês vejam que absurdo que está acontecendo com um dos casos aqui. Houve uma denúncia da compra de um terreno pela SANEPAR. Um terreno que foi avaliado pelo PGE por um determinado valor - o valor está aqui, se não me falha a memória, 595 mil - aí, agora, foi pago 2 milhões e meio.

Mas tudo bem. Até aí tudo bem. Há um desencontro de informações. Aí a SANEPAR, na sexta-feira, no sábado, larga uma nota explicando o caso - em nome do Pedro Henrique Xavier. Agora, o Pedro Henrique Xavier, com todas as letras, dizendo que ele não soltou nota.

Então, quer dizer, o Governo não explica. Ele complica. Aqui, cá para nós, não se justifica mais, com todos os escândalos ocorridos dentro da SANEPAR, de que o Presidente, Diretor-Presidente da SANEPAR, permaneça no cargo.

Então, o que você vê neste Governo, Deputado Jocelito? Depois vou lhe dar atenção, porque naquele dia do seu pronunciamento não lhe dei atenção sobre o caso do Pissetti - o que acontece com este Governo? Não resolve denúncia!

Você veja, Deputado Luiz Carlos Martins, este Governo não explica os cartões corporativos, não explica, estão brincando com os cartões corporativos. Ora, o que custaria encaminhar para esta Casa o detalhamento dos gastos com cartão corporativo?

Ora, o trabalho do Parlamento é a fiscalização. Não encaminha. O que vai acontecer? A Oposição encaminhou um ofício à Secretaria da Administração, pedindo informações. O que vai acontecer? Ela não vai informar, nós vamos à Justiça e vai acontecer o que aconteceu com o caso PAVIBRAS: a Justiça vai determinar a informação, porque é claro na Constituição que eles têm que informar!

Então, não sei como nós poderíamos contribuir para que o Governo não interpretasse as denúncias que trazemos aqui, para que ele visse com seriedade. Acredito que ele não deve assistir a TV Assembleia como nós não assistimos a TV Educativa. Agora até passei a assistir, porque ela ficou mais exemplar, mais educada, mais respeitosa, não há aquele revanchismo. Ela começou a produzir bons efeitos, mas antes não dava para assistir, porque afinal de contas, toda terça-feira ser vacinado pelo ódio, não dava!

Com o aparte Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Valdir Rossoni, vamos acabar ouvindo aqui no plenário que nós da Oposição somos pautados pela imprensa. Mas podemos ficar quietos diante dessa questão, por exemplo, da SANEPAR? Até agora foram dois terrenos. Tem mais terrenos? Como foram negociados os outros terrenos e toda aquela área que nós conhecemos bem? Então, existem dúvidas e a Oposição está aqui exatamente para esclarecer essas dúvidas. Estou

cansado de ouvir que nós somos pautados pela imprensa. Olha, até preferimos ser pautados pela imprensa dessa maneira do que sermos pautados pelo Governo. Preferimos ser pautados pela imprensa, pelo povo.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. é o Líder da Oposição nesta Casa. Temos que fazer um pedido de informações muito bem elaborado, muito bem fundamentado, em relação à questão da SANEPAR, mais uma da SANEPAR. Sem falar da questão do porto de Paranaguá, do porto de Antonina.

Então, estamos sendo pautados pela imprensa, mas a imprensa levanta e aqui há uma ressonância ou vamos ficar quietos? Vamos estabelecer o silêncio nesta Casa?

Parabéns, e é preciso fazer pedido de informações. O povo tem que saber que estamos aqui trabalhando e queremos esclarecer: são só esses dois terrenos ou tem mais terreno na parada?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Luiz Carlos, acho que a nossa preocupação, e V. Exa. disse muito bem, não é a questão de sermos pautados pela imprensa ou não. Temos requerimento da Oposição do dia 20 de fevereiro pedindo as explicações dessa questão da SANEPAR, dos terrenos, de todas as desapropriações. Foi adiado, claro, regimentalmente o Líder do Governo adiou. Ele deve se pronunciar no dia de hoje, vamos votar o requerimento, portanto peço a presença dos Parlamentares no plenário para votarmos o requerimento. Mas a questão da pauta, se é questão levantada pela imprensa e tem consistência, temos que buscar a verdade. Então, o requerimento vai ser votado hoje. É bom que os Parlamentares da Oposição permaneçam no plenário para aprovarmos esse pedido de informação.

Agora veja, Deputado Luiz Carlos Martins, a questão dos cartões corporativos, eu estava lendo numa revista semanal, nesse último final de semana, que um funcionário do IBAMA fez um tratamento estético, tirou umas ruguinhas com o cartão corporativo. E o que eu começo a acreditar, aqui no Paraná? É que tem gente fazendo tratamento com botox!

Faz seis meses que estamos correndo atrás de informações do cartão corporativo. Nós levantamos a questão dos cartões corporativos em setembro do ano passado, e até hoje estamos correndo atrás. Agora, estamos indo para as últimas instâncias. Encaminhamos o ofício diretamente e protocolamos na Secretaria da Administração. Certamente não teremos a informação. Já sabemos do resultado. E aí vamos à Justiça. Aí eles se irritam e xingam a imprensa, porque vai estar destacado na imprensa o seguinte: “Justiça obriga Secretaria da Administração a informar os valores dos cartões corporativos”.

Ora! Quem não quer um cartão corporativo? Mas, Deputado Jocelito, primeiro quero pedir desculpas a V. Exa. Você fez um pronunciamento em cima de um assunto que eu levantei e falei, aqui, que V. Exa. também

tinha falado. E você trouxe aqui, fatos, datas que comprovam nossa preocupação. Quando levantamos aqui a viagem para o Paraguai, para investigarmos a questão Pissetti, talvez no ímpeto de acertar, nos precipitamos um pouco. Mas, mesmo errando, está vindo à tona a verdade. O Secretário da Comunicação deu a declaração à imprensa de que ele presta, realmente, assessoria a um determinado candidato. Ponto. Até aí, tudo bem.

Segundo: a dúvida que tínhamos levantado: qual é o horário que este Secretário presta a assessoria? Qual é o horário? Só pode ser de sexta após 5h30 até segunda-feira, a hora em que começa o expediente.

Ele disse que se desloca - um homem simples - de ônibus. Quantas horas, Deputado Reni Pereira, V. Exa. que é de Foz do Iguaçu, quantas horas leva um ônibus de Curitiba a Assunção? Leva 10 horas, 12 horas? Mais? Quinze horas. Sai daqui 5h30, vai chegar no domingo de manhã. Mas, domingo ele tem que voltar, porque leva mais 15 horas para voltar e ele tem que estar aqui trabalhando às 9h. É isto? Ou estou equivocado?

Aí, encaminhamos um requerimento ao Secretário da Comunicação, para que a sua postura não ficasse em dúvida, que encaminhasse a esta Casa as passagens, ou de ônibus, ou de avião, ou do que fosse. Como é que ele se deslocou? Qual o dia do seu deslocamento? Não tivemos esta informação, porque se eu estou com a verdade, lógico que eu tenho pressa em esclarecer, para que isto não fique no ar.

E aí V. Exa. veio, foi na quinta-feira pela manhã, Deputado Jocelito, com o que pensávamos que poderia ter acontecido: que o Secretário esteve lá durante ao expediente e, ao estar durante o expediente, é contra o Estatuto do Servidor Público. Estou incorrendo em crime de responsabilidade.

Por esta razão, estamos discutindo com os autores o requerimento que foi deliberado pela Mesa, de não aprovar a Comissão para ir a Assunção. Mas, numa conversa com o Deputado Plauto, que foi um dos autores do requerimento, vamos apresentar o requerimento no Plenário da Casa, e aí o Plenário aprova ou não, porque precisamos buscar essas informações. Mas, tirando isso, estamos colocando à disposição de todos os Parlamentares, apresentando uma representação ao Ministério Público, porque estamos encaminhando uma investigação. A nossa é mais demorada. Até porque não valorizamos o Legislativo, encontramos obstáculos, é muito demorado, encaminhamos o pedido ao Secretário que encaminhasse para nós as informações; é claro, é lógico, ele está com dificuldades, ele vai levar 30 dias.

Então, vamos seguir dois caminhos: continuar a nossa investigação, vamos a Assunção, vamos ver o hotel, vamos ver o dia, vamos ver o horário, vamos ver quem pagou a passagem, tudo isso; mas vamos encaminhar também, vamos trabalhar de duas maneiras: vamos encaminhar essa representação ao Ministério Público começa uma investigação e aí não tem como fugir, porque a prova do crime está nítida. A hora que o Secretário

dá a entrevista que presta assessoria a um determinado candidato, só ele presta essa assessoria no domingo das 10h às 15h.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Mesmo assim, Deputado Rossoni, mesmo assim ele não poderia. Ele é Secretário 24 horas, é tempo integral. V. Exa. é casado? V. Exa. é casado aqui na Assembleia, V. Exa., V. Exa. é casado em Bituruna, e se for lá no Japão é casado também. Secretário é Secretário 24 horas, de madrugada, com chuva, feriado, ele é Secretário em tempo integral.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma questão muito grave que estamos discutindo nesse momento. Grave pela situação funcional do Secretário da Comunicação Social, que está apoiando diretamente a candidatura do Bispo Lugo, um dos candidatos lá do Paraguai, e estaria no horário de serviço prestando serviços à candidatura de Lugo. Mas tem mais, eu trouxe lá no passado, há 15 dias atrás, a revista "IstoÉ" que traz a denúncia contra o Requião, que diz inclusive: "Requião fora do eixo". E aqui diz que o Governador Requião cedeu o avião que está a serviço dele para o Bispo Lugo se deslocar do Paraguai aqui para Curitiba. Olha a gravidade! Quem é que paga o avião? O povo do Paraná! Quem paga o combustível desse avião que transportou o candidato do Paraguai para Curitiba? Quem paga o combustível é o povo do Paraná!

Então, é grave a situação, e não podemos passar por cima de denúncias sérias que existem, sem investigar. Se não é verdade isso que aqui está, vai ficar comprovado. Agora, onde há fumaça, há fogo, e temos a obrigação de investigar esse caso, porque tudo indica que tem envolvimento de dinheiro público e da estrutura do Governo do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não tenho dúvida, Deputado Plauto, que estamos no caminho certo e exercendo a nossa função de fiscalizador.

Tenho visto o Deputado Romanelli, com competência, exercendo a Liderança do Governo, quando são informações leves, que não tem nenhuma preocupação, o Deputado Romanelli tem o prazer de dizer: "Não, queremos deixar tudo claro, tudo transparente". Eu faço aqui, já que V. Exa. vai ter o aparte, terá o tempo necessário, por que V. Exa. trata casos iguais de forma diferente? Eu digo a V. Exa., por exemplo, faz um ano que queremos a informação dos gastos com ONGs, V. Exa. não fez outra coisa a não ser atacar o Líder da Oposição, dizendo que eu não quero que repasse dinheiro para as APAEs. Não tenho nada a ver uma coisa com a outra.

Por que eu não posso saber quais foram as ONGs que receberam esses 500 milhões em quatro anos?

Deputado Romanelli, por que V. Exa. não trata a questão dos cartões corporativos, para vermos esse absurdo que se gasta no Paraná?

Tenho informação de denúncias gravíssimas em cima dos cartões corporativos. Mas não quero afirmar o caso, quero me certificar com as informações.

O que falei aqui da SANEPAR, desde o começo dessa legislatura, é motivo não só para demitir o Presidente da SANEPAR, talvez até de por na cadeia! Provei aqui, com documentos, que há falsificação, adulteração de seguros. Comprovei com as apólices. Não vi nenhuma atitude do Governo. Não vi nenhuma atitude com relação as TVs laranjas.

Deputado Romanelli, encaminhe essas informações, porque, muitas das denúncias podem não ser verdadeiras. Mas é o direito do Parlamentar.

Já faz seis meses que estou esperando as informações das ONGs. Estou aguardando as informações dos cartões corporativos. Elas virão ou não?

Quais as medidas que foram tomadas com relação a SANEPAR? E as TVs laranjas, quais as atitudes que foram tomadas? Porque foram gastos mais de 15 milhões de superfaturamento?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, certamente para poder pontuar cada um dos temas que V. Exa. se referiu nesta tarde, teria que usar um tempo muito maior do que V. Exa. me concedeu.

Sobre os recursos repassados às ONGs, foi aprovado nesta Casa um requerimento e encaminhamos favoravelmente. O ofício expedido pela Mesa deve ser respondido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O requerimento está aprovado nesta Casa há mais de seis meses. Constitucionalmente tem 30 dias, e se não informar em 30 dias é crime de responsabilidade. E não vejo isso.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. utilize os mecanismo que são legais, inclusive de representação que V. Exa. tem o direito de peticionar, para poder oferecer uma denúncia por crime de responsabilidade. Não sou eu que vou correr os órgãos estaduais para buscar as informações, não é essa a minha função.

Represento o Governador Roberto Requião aqui no plenário e nas comissões. Não tenho como pegar o ofício e ir, de Secretaria em Secretaria, fazer esse levantamento.

Já cobre aqui. A Mesa tem que encaminhar uma solução para esse tema. Muitas vezes me contraponho a requerimentos aprovados, por acreditar que é, única e exclusivamente, para promover desgaste político. Faço

isso de forma aberta, mas aprovado tem que ser respondido. É claro.

Agora, quero dizer a V. Exa. o seguinte: dos temas que V. Exa. abordou, a mim parece que um dos temas...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria que V. Exa. fosse breve, até porque é um aparte, senão V. Exa. consome todo meu tempo e tem outros Pares pedindo a palavra.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. elencou um conjunto de temas que era impossível responder num aparte, mas quero falar sobre o caso Pissetti. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: já aprovamos todos os requerimentos que dão transparência a tudo que foi feito pelo Secretário Pissetti.

Aqui há uma discussão sobre casamento 24 horas. Eu também entendo, Deputado Luiz Carlos Martins, embora...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vamos deixar o casamento para depois. V. Exa. poderia me informar.

Deputado Nelson Justus, não vamos nos entender com o Deputado Romanelli...

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

A questão da SANEPAR e a questão do esclarecimento quanto aos requerimentos, o Deputado Romanelli passa a responsabilidade à Mesa Executiva. Deputado Romanelli, no caso de requerimentos aprovados nesta Casa, pela moralidade, o primeiro a querer esclarecer e buscar transparência deveria ser V. Exa. deveria ser o Governo do Estado.

Hoje, o Deputado Valdir Rossoni fez mais denúncias a respeito da SANEPAR. Nós lembramos, ano passado ainda, do caso PAVIBRAS, que nada foi solucionado. Em Guarapuava, por exemplo, um contrato que fere a lei das concessões foi feito pela SANEPAR. Mais uma irregularidade. Então, quem não quer e quem não pretende esclarecer nada é o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Valdir Rossoni, apenas quero acrescentar, junto ao pronunciamento de V. Exa. e do Deputado Romanelli, há duas ou Sessões atrás, comentamos que iríamos solicitar da Casa Civil a brevidade e faríamos uma reunião com as lideranças para que todas as respostas aos pedidos de informações sejam respondidas o mais rápido possível, ou dentro daquilo que prevê a nossa Constituição.

Pois bem, no expediente de hoje, o nosso 1º Secretário, Deputado Reni Pereira, leu sob ofício nº tal, veio da chefia da Casa Civil um pedido de informação requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Plauto

Miró, Cida Borghetti, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Duílio Genari, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Chico Noroeste, Ademar Traiano e Luiz Claudio Romanelli, que solicitam esclarecimentos sobre repasse de recursos públicos para entidades não governamentais. Portanto, recebemos hoje esse pedido de informação.

Naturalmente, a partir de amanhã, V. Exas. terão esse ofício e, aí, sim, vão questionar se vão estar satisfeitos ou não. Mas é importante dizer que a Mesa vai ser extremamente rigorosa com essa questão dos pedidos de informações. Queremos essas respostas e isso já é fruto desse trabalho que assumimos o compromisso aqui com V. Exas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento.

Não poderia esperar outra atitude de V. Exa. a não ser zelar por esta Casa. Agora, o importante é ressaltar que se estou cobrando essas informações, é porque faz seis meses que era para terem chegado.

Outra questão, para responder o Deputado Romanelli, dizer que é representante do Governo e não pode buscar as informações. Ora quem tem interesse de estabelecer os fatos de corrupção deste Governo é o Líder, porque ele está se atolando a cada dia, cada dia mais, e V. Exa. não traz os esclarecimentos. São absurdos os escândalos que estão acontecendo, e o pior, o Governador, um homem corajoso como é, não o vi demitir um servidor público por corrupção. Poderíamos elencar aqui o Secretário da Comunicação e o Secretário da SANEPAR teriam que ser demitidos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para confirmar, o requerimento que pedi informações sobre o repasse para as ONGs já foi recebido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi recebido, só resta apenas o 1º Secretário assinar, para que possamos encaminhar a todas as lideranças. Chegou hoje e é preciso que apenas o 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi despache, para que V. Exas. tenham o resultado desse requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Fico surpreso e feliz.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa será rigorosa. Vamos cumprir com o Regimento e a Constituição, nessa questão dos pedidos de informação. Vamos ter um encontro com V. Exas., o Presidente e os Líderes da Oposição e da Situação, para que afinemos esse discurso. Tenho em mãos o relatório de todos os requerimentos aprovados, aqueles que vieram e

aqueles que ainda não foram respondidos, para que tenhamos o empenho da Casa, para que isso seja solucionado, porque não fica bem para a Mesa essa situação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

A questão de ordem não cabe, Deputado Romaneli, a essa resposta dele, porque faz seis meses que estou esperando.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins, no horário do PDT, por 10 minutos.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes tarde do que nunca, mas que demorou, demorou.

Todos estamos lembrados que o Governador Roberto Requião assumiu um compromisso, naquela tribuna, que todos os pedidos de informação seriam respondidos. Todos. Palavra dada, palavra honrada. É preciso responder, não é Deputado Plauto?

Deputado Strapasson, Deputada Beti, do município de Colombo, estão muito mais autorizados a falar do que eu. A questão é gravíssima na Estrada da Ribeira.

O Deputado Strapasson não me ofereceu aparte, porque o seu tempo extinguiu-se e não deu para participarmos dessa conversa que é muito interessante. O município de Colombo espera uma posição de todos nós, do Governo.

A Estrada da Ribeira não está lenta, está parada. O que está lento lá é o trânsito. E o que está muito rápido são as mortes que estão acontecendo. Os comerciantes estão fechando as portas, Sr. Presidente Nelson Justus. O movimento caiu mais de 50%. São famílias que dependem daquele eixo, que é da maior importância não só para Colombo, mas para toda a região metropolitana.

O que eu gostaria de saber do Deputado Strapasson, até porque ele tem bem mais informações do que eu e também da Deputada Beti, como está esta condição? Vai ou não vai? Quando é que vai recomeçar? Sei da história da empreiteira ou das empreiteiras, que pegaram por um preço muito lá embaixo.

Isso precisa acabar. O Governo não tem um órgão que cuida disso? O Governo não tem um órgão que estuda, quando uma empreiteira faz a proposta e sabe que não vai cumprir! O povo está pagando e pagando muito caro.

Concedo um aparte ao Deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, creio que exatamente a Assembléia Legislativa pode dar uma contribuição. É importante que vários Deputados levem à tribuna, porque na reunião que tivemos na sexta-feira, onde participou um grupo de empresários que estão com suas atividades dando muitos prejuízos, em função da precariedade, muitos deles até com dificuldade de acesso.

É bom que se diga o seguinte: infelizmente, muitas empresas participam de concorrência, jogam seus preços abaixo do mínimo possível, apenas para assinar o contrato. Ficam fazendo pressão junto ao Governo do Estado para querer aditivos. O estado, muitas vezes, para não ir para um litígio judicial que demora muito mais tempo, acaba, até de forma administrativa, fazendo uma rescisão, passando para a segunda colocada e mais, o estado acaba não declarando essas empresas inidôneas, elas participam de outra concorrência, continuam fazendo esse tipo de jogo em prejuízo de todos.

A nossa idéia realmente é que haja um veto à participação de empresas, que mesmo de forma administrativa, amigável até, que elas sejam impedidas de fazer. Agora, a questão da Ribeira que o senhor perguntou, segundo as palavras do Diretor da COMEC, Dr. Alcidino, eles promoveram unilateralmente a rescisão com a empresa Pussoli, que foi a vencedora de um dos lotes, do Shopping Maracanã até o Guaraituba, sendo que mesmo com dificuldade ela era a segunda colocada do trecho do shopping até o trevo do Atuba, porque a Viaplan também abandonou a obra, dando calote nos fornecedores, naqueles que prestaram serviço, criando um prejuízo para a sociedade. Segundo o Alcidino, está se propondo uma rescisão amigável para que a terceira ou quarta, num entendimento harmônico, uma empresa de maior capacidade possa retornar a obra e dar sequência para finalizar, sob pena de termos uma rescisão judicial e mais, uma nova licitação que, com certeza, demoraria muito mais tempo.

Então, o estado está caminhando.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas não há uma previsão ainda?

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Imagina-se que se realmente houver uma rescisão amigável nos próximos cinco dias, que é o prazo legal de contestação da empresa, se ela realmente não for para a Justiça e a terceira ou a segunda colocada tiver interesse, se reinicia no prazo de 15 dias. Caso contrário, uma grande dificuldade, uma nova licitação, e aí a coisa caminha fora do controle do que quer o Governo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Strapasson, entendo que o Dr. Alcidino é uma das cabeças mais iluminadas deste Governo. Mais competente. E com certeza ele irá encontrar uma saída para proteger toda aquela gente.

Mas, Deputada Beti, sabe o que eu estava pensando aqui? Existe uma Bancada de Ponta Grossa, de Maringá e também da região metropolitana. E não importa quem esteja no Palácio, importa que somos eleitos aqui por Curitiba e pela região metropolitana. E olha, essa bancada está crescendo cada vez mais e há uma previsão que na próxima eleição ela vai crescer mais ainda.

Ouçõ com bastante alegria o seu aparte.

A Sra. Beti Pavin (PMDB)

Obrigada. O Deputado Strapasson, na verdade colocou tecnicamente, legalmente a situação que vem ocorrendo ali. Vemos com muita tristeza, ao longo desses últimos meses, essa demora em dar continuidade a uma obra que foi tão sonhada, idealizada, por toda população do Guaraituba, do Jardim Campo Alto, do Rio Verde. A população da região da Estrada da Ribeira. Vemos que as empresas, na hora de participar da concorrência, colocam os seus preços lá em baixo, para ali na frente virem tentar negociar, recompor valores, para que possam tocar essas obras. É a terceira empresa que está ali tentando dar continuidade. E agora percebemos que essa não tem a menor condição. Tanto é que na semana passada estivemos conversando com o Governo, na Secretaria do Desenvolvimento Urbano que hoje é a responsável por aquela obra, onde tivemos ali, pelo que o Deputado Strapasson colocou, já está decidida a questão de rescisão, mais uma vez, com a terceira empresa, desse contrato. E ele nos disse que, no princípio desta semana, esta posição seria tomada, porque não dá, realmente não dá para as pessoas pagarem com suas vidas pela incompetência, inoperância da empresa que está ali executando esse serviço.

Então, pedimos, estamos felizes pela obra que está acontecendo, mas por outro lado estamos tristes de ver de que maneira ela está acontecendo. Mas temos certeza, o Governo está acompanhando esta situação e esperamos que nos próximos dias isto seja resolvido.

Sem dúvida, temos uma Bancada boa, grande na região, de várias regiões do estado, e a área metropolitana também se faz aqui presente, o Deputado Luiz Carlos que também está sempre participando das questões da região, e então, sem dúvida nenhuma, temos todos procurado somar para que as coisas continuem caminhando sempre, ao bem servir dos cidadãos metropolitanos e paranaenses.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Na verdade não estamos aqui para fazer crítica por crítica. Pelo contrário, estamos aqui porque temos interesse que aquela obra finalize. E queremos apenas, como disse V. Exa., colaborar com o próprio Governo.

Mas, gostaria de fazer um apelo aqui para que haja um esforço grandioso, juntamente com o Dr. Alcidino, que comanda a COMEC, para encontrar uma solução, e aí vamos dar um viva, um viva glorioso à Estrada da

Ribeira e àquela gente que é magnífica, lutadora e trabalhadora.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Horário das Lideranças, Deputado Marcelo Rangel, Bloco PPS/PMN. V. Exa. tem 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos paranaenses.

Vou falar sobre o caso Pissetti, Deputado Rossoni; vou falar sobre o Secretário da Comunicação Social, Deputado Douglas Fabrício, esse Secretário que desde a primeira semana de atuação aqui neste Legislativo, levantei inúmeras, dezenas de irregularidades a respeito desse senhor.

Pois eu quero dizer, antes de iniciar o meu pronunciamento, que a casa caiu. Definitivamente a casa caiu. Não é de hoje, senhoras e senhores, Srs. Deputados, que eu tenho comparecido nesta tribuna para trazer informações, relatar fatos e repetir notícias sobre os desmandos do Sr. Secretário da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti.

Começamos, Sr. Presidente, pela denúncia da farra publicitária dos anos de 2005 e 2006, participamos de uma estéril Comissão Especial de Investigação e relatamos diversas respostas que nos chegaram e que jamais alcançaram a verdadeira finalidade de propósito.

Mas encaminhei, Srs. Deputados, a conclusão dos dois Relatores da Comissão Especial de Investigação ao Ministério Público. Mais recentemente denunciemos a publicação do informativo Notícias do Paraná, jornal que foi feito, impresso e produzido pela Imprensa Oficial, totalmente irregular, sem os ditames da lei e agravadamente rodado naquele órgão oficial a serviço de um esquema publicitário dos mais evidentes, onde só aquele que não quer enxergar admite ser uma boa publicação. Também encaminhei ao Ministério Público.

Agora nos deparamos com mais um escândalo nacional, onde um Secretário de Estado deixa os seus afazeres oficiais para se deslocar a um país vizinho e prestar serviços aos interesses de uma campanha política que nada tem a ver com as coisas do Brasil e muito menos com o Paraná! Ainda, segundo denúncias da revista IstoÉ, levando dinheiro para a campanha, cuja proveniência pode ser escusa!

Agora, Srs. Deputados, o que gostaria de salientar é a injustificável ausência do homem que tudo pode, porque o Airton Pissetti, Deputado Rossoni, tudo pode, ele é fugitivo da Assembléia Legislativa, nós já convocamos o Secretário por diversas vezes e ele apareceu? Não! Não deu satisfação, não mostrou respeito a esta Casa! E mais,

pelo menos duas ou três dezenas de requerimentos eu encaminhei à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa e diretamente à Secretaria da Comunicação Social e todos os requerimentos não voltaram com respostas, nenhum requerimento voltou com resposta da Secretaria da Comunicação Social!

Pois bem, na soberana Constituição estão escritos os deveres dos Secretários de Estado. No artigo 90, parágrafo 5º está explícito que é dever do Secretário de Estado encaminhar à Assembléia Legislativa informações, por escrito, quando solicitado pela Mesa, podendo ser responsabilizado na forma de lei em caso de recusa ou de não atendimento no prazo de 30 dias, bem como de fornecimento de informações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entrei no Ministério Público também pedindo informações e infelizmente não recebi resposta também! É um absurdo que estejamos diante de fatos incontestáveis que até hoje o Sr. Ailton Pissetti só mentiu, desviou e saiu impune de todos os requerimentos que foram endereçados por esta Assembléia Legislativa! Ele está, a todo momento, rasgando a nossa Carta Magna e zombando deste Legislativo! Mais grave, senhoras e senhores, o próprio Ministério Público infelizmente não se pronuncia, porque quantas vezes nós pedimos a ajuda do Ministério Público para tentar resolver ou, pelo menos, dar um parecer a respeito das maracutaías que acontecem neste Governo, principalmente nessa pasta?

Agora vem a parte principal do meu pronunciamento, Srs. Deputados, Sr. Presidente: é certeza, senhoras, que o Sr. Ailton Pissetti viajou de Curitiba a Asunción e ele não precisou pagar hospedagens, ele viajou de Gol!

Srs. Deputados, o requerimento de minha autoria que foi aprovado aqui na Assembléia Legislativa - e aqui agradeço aos Srs. Parlamentares - peço a seguinte informação: diante das notícias veiculadas na imprensa sobre as viagens do Secretário de Estado da Comunicação Social, quero saber onde as despesas estariam sendo pagas com recursos próprios do Secretário? Questiona-se, por qual empresa aérea têm sido emitidos os bilhetes de suas passagens? O Secretário viajou de Gol, ficou por diversas e diversas vezes ausente do Brasil por diversos dias, mesmo exercendo o cargo de Secretário! Encaminhei ao Sr. Superintendente da Polícia Federal informação oficial da empresa Gol e agora às 16h, dentro de 10 minutos estarei recebendo, com todos os dias - ida e volta - do Sr. Secretário Ailton Pissetti, também quem pagou, a empresa que pagou os bilhetes para a empresa Gol.

Portanto, acredito que este talvez seja o meu derradeiro discurso a respeito desse Secretário de Estado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Primeiramente, parabéns pelo seu trabalho e seu pronunciamento. Desde o ano passado V. Exa. vem acompanhando, fiscalizando o trabalho da Secretaria da Comunicação e também das Secretarias de Governo do

Estado. Mas, a Secretaria de Estado da Comunicação, na pessoas do Secretário Pissetti, não tem dado a atenção devida ao trabalho dos Deputados aqui na Assembléia. São requerimentos, como V. Exa. vem falando, que ele não responde. Agora, estas viagens que está fazendo ao exterior, a mando - provavelmente - do Governador, também não está "dando bola" nenhuma para a Assembléia Legislativa, para o trabalho dos Deputados. E parece, sim, que este documento que o Deputado Valdir Rossoni está fazendo, como Líder da Oposição, para fiscalização, para levar ao Ministério Público para que haja - como V. Exa. tem colocado, o Ministério Público também está devendo neste ano, para a população paranaense - acho que devemos, juntos, PPS, V. Exa. e eu, assinarmos este documento para dar força ao Deputado Valdir Rossoni, da Oposição, para que ele possa, juntamente com V. Exa., que foi um dos primeiros a fazer estas citações, reclamações, trazer o Secretário da Comunicação nesta Casa e que possamos esperar uma ação efetiva do Ministério Público.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que existe, sim, ato de improbidade, crime de responsabilidade. Não tenho mais dúvida disso. E o Sr. Governador, ano passado, poderia ter exonerado esse cidadão. Não o fez. Poderá pagar muito caro por isso.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou iniciar falando sobre a falta de professores nas universidades. Hoje é o dia em que reiniciam-se as aulas nas universidades estaduais do Paraná. E mais uma vez, pelo 5º ano consecutivo, faltam professores nas universidades estaduais do Paraná. Toda as universidades têm falta de professores. E já faz cinco anos que o Governo está no poder e todo ano as universidades precisam improvisar, pela falta de professores nas referidas universidades. Fica aqui um alerta para que o Governo do Estado, através da Secretaria de Ensino Superior, possa ter um pouquinho mais de cuidado, para evitar este transtorno que é voltar às aulas e faltar professores nas universidades do estado do Paraná.

Segundo assunto, agora citado pelo Deputados Valdir Rossoni e Marcelo Rangel, a questão do caso Pissetti. Até quero esclarecer a alguns jornalistas que o Pissetti é público, é do estado do Paraná. Que quero dizer também que ao longo dessas viagens que fiz ao Paraguai, nenhuma delas foi feita durante a semana, todas no fim

de semana. E não precisa ir longe para comprovar isso, basta pegar o comprovante de presença minha nesta Casa, não faltei nenhuma Sessão no ano passado, em nenhuma votação nesta Casa. Portanto, estive presente todos os dias aqui.

A questão da documentação, que outro dia falei aqui, a respeito dos dias em que o Secretário Pissetti esteve no Paraguai, as informações que eu recebi são informações precisas, corretas, e chegaram até mim através de pessoas idôneas, e na hora que houver a necessidade, vi com muita cautela o Deputado Rossoni falar de abrir esse pedido para o Ministério Público. O que eu lamento, Deputado Rossoni, é que o Ministério Público deveria ser provocado a partir das denúncias da imprensa e não de uma ação feita pelos Deputados. O Ministério Público costuma fazer ação contra os Prefeitos dizendo: “Após ouvir o jornal tal e tal, requeremos o seguinte, abrimos procedimento”. Mas enfim, se o Ministério Público não toma as providências, os Deputados protocolam um pedido de informação do Ministério Público para que tomem as providências para investigar se é correta ou não a estada do Secretário Pissetti no Paraguai.

Não vou aqui afirmar que o Secretário Pissetti levou dinheiro para o Paraguai. Não posso fazer essa afirmação, porque não tenho prova. Se tivesse, certamente faria, mas não posso afirmar que o Secretário está levando dinheiro para o Paraguai. Agora, posso afirmar, com toda certeza, que o Secretário Pissetti está indo ao Paraguai faz muito tempo. Então, esses documentos que eu tenho são documentos corretos e na hora certa estaremos apresentando. Mas podem ter certeza os senhores que eu jamais subiria a esta tribuna falando da forma que eu falei, dando dados precisos, sem ter os devidos documentos. Inclusive tem outros documentos que estou embasando alguns pedidos de informação porque não se pode só subir aqui na tribuna e só atacar. Só atacar não resolve. O importante é buscar a saída.

No caso das televisões laranjas, o Deputado Rossoni lembra, estava uma polêmica de quanto custaram as televisões. Sugerir que se fosse até a fábrica da CCE e se buscasse a nota. Apareceu a nota e o enigma acabou.

Então, essa questão do Paraguai também. Como tenho estado muito no Paraguai, tenho condições de ter esses documentos, e que na hora que for preciso, na hora certa, na medida certa, estarei apresentando esses documentos. Espero que seja esclarecido isso, porque entendo que algo não está correto em tudo isso. Mas tem mais coisa vindo aí do Paraguai, e dentro daquele cuidado que eu tenho em não caluniar alguém, que eu não tenho prova, os documentos oficiais que eu tiver eu estarei me pronunciando nesta Casa.

E para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã estivemos cumprindo um compromisso de estarmos reunidos com o Senador Osmar Dias. Acho importante esses encontros que estamos fazendo, porque temos uma eleição se aproximando, e como temos amigos e companheiros em vários partidos, esta-

mos discutindo com todos os partidos as eleições deste ano. E lá estivemos, sabendo da postura do Senador Osmar Dias, uma postura de respeito, de um homem que tem muita cautela, muita responsabilidade.

Na reunião dissemos a ele que, se a maioria dos seus companheiros entenderem que temos que apoiar o PTB nas eleições, claro que faremos uma coligação.

Mas nada de pressão, nada de exigir nada, porque nas últimas eleições, grande parte do nosso grupo apoiou a candidatura do Governador Roberto Requião. Foi uma conversa franca.

O Senador disse que será candidato nas próximas eleições. E o seu PDT só vai apoiar alguém se houver um compromisso para as eleições de Governo. E que ele será candidato, nem que tenha que ir sozinho.

Fizemos esse mesmo candidato a Senador, dizendo que também seremos candidato de Ponta Grossa, mas se for bom para o PDT, iremos continuar a conversa.

A conversa foi muito boa. E o mais importante de tudo é conversar, discutir, dialogar. É procurar, o mínimo possível de encontros, para se chegar à conclusão do que se pode ou não nas próximas eleições.

O Senador nos recebeu muito bem. Tivemos a franqueza de conversar com ele sobre as eleições.

E todos aqueles que queiram caminhar conosco, no sentido de fazer uma campanha direita, simples, mas com o objetivo de fazer Ponta Grossa voltar ao que ela era.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Plagiando o Deputado Rangel, também espero que este meu pronunciamento nesta tribuna seja a derradeira vez que vou tocar no assunto do painel eletrônico.

Vendo as notícias de alguns jornais que circulam, no Diário Popular, no Hora H, tivemos aqui uma reportagem colocada como: A volta do voto secreto.

Preciso fazer esse posicionamento para deixar claro, principalmente perante os Deputados desta Casa que podem não ter tido um entendimento do meu posicionamento no primeiro dia da instalação desse painel eletrônico.

Esse painel eletrônico está custando o aluguel de R\$ 18 mil. Dezoito mil reais é o preço de uma casa popular. Ou seja, ele tem um grande valor de custo e ele cumpre um papel essencial nesta Casa: da transparência e visibilidade dos nossos posicionamentos.

Solicitei um dia, e depois declinei essa solicitação que, ao digitarmos nossos votos, que fossem colocados no painel de uma única vez e não apenas a totalização, de uma única vez, mas com o posicionamento SIM ou NÃO

de cada Parlamentar. O que a imprensa entendeu é que eu estava defendendo, novamente, o voto secreto, e que gostaria que aparecesse, na verdade, só a totalização final.

Quando coloquei meu nome para apreciação do partido para postular uma cadeira nesta Casa, tinha um único panfleto, que era o material da minha campanha, onde havia não mais de cinco pontos para defender nesta Casa, Deputada Beti, e eu defendia o fim do nepotismo, o voto aberto que, na seqüência, durante a campanha, se materializou, mas que já tinha meu material impresso e pronto - teria que trabalhar com ele até o final da campanha - e mais algumas outras questões na área da Saúde e na área ambiental. O voto aberto sempre foi uma das questões que mais defendi.

Muitas vezes, vemos na imprensa situações que estamos envolvidos e que, realmente, não condiz com a realidade, mas o que mais me preocupou é que Deputados desta Casa pudessem ter interpretado meu posicionamento daquela forma. Então, tanto eu quanto o Deputado Edson Praczyk, no dia, fizemos algumas solicitações com relação ao painel eletrônico, mas nunca defendendo o voto secreto. O que entendíamos ser prudente é que, na hora de nos posicionarmos, os votos aparecessem simultaneamente para não induzir um ou outro Parlamentar a seguir este ou aquele voto ou, de repente: "Puxa vida, a proposta já se perdeu ou não foi aprovada, então vou votar pela rejeição da proposta para somar com a maioria." Embora quero acreditar que isso não venha a ocorrer, é mais uma situação de prudência do que qualquer outra situação. Então, subi aqui para deixar isso registrado e muito claro.

Soube, também, o senhor estava ausente, que o painel não permite que quando deixemos a Sessão apagarmos o nosso nome. Teria que zerar tudo de novo e pedir para que todos os Parlamentares registrassem a presença e aí você não registra. Estou absolutamente conformada com essa situação, Presidente, porque mesmo sabendo que o painel não permite que eu diga que estou deixando a Assembléia, apague o meu nome do painel, continuo reconhecendo que o painel eletrônico foi um grande avanço e um grande ganho para a sociedade paranaense.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada Rosane, quero parabenizar V. Exa. por sua fala, por seu pronunciamento. Somo-me à sua intenção de deixar bem claro, para que não parem dúvidas das razões das nossas interpelações, nossos questionamentos com relação ao painel eletrônico.

Sempre defendo, defendi, e continuarei defendendo que a intenção do Presidente Nelson Justus como de toda Mesa Executiva e acredito que de todos os demais Parlamentares com a aquisição do painel eletrônico, é dar visibilidade, transparência dos atos de cada

Parlamentar e de toda Assembléia Legislativa nas votações. Portanto, todas as sugestões foram na intenção de aprimorar ainda mais essa ferramenta de trabalho, como bem colocou V. Exa., que pode, a vista de alguns, parecer muita coisa, um valor muito grande, uma vultuosa quantia, mas que o benefício que esse painel traz para a Assembléia Legislativa, em termos de prática, penso que é um valor relativamente justificável.

Obviamente o que me preocupa, Deputada Rosane, não é propriamente o que a imprensa divulga ou o que alguns insinuaram, dizendo que estávamos, de certa maneira, querendo retornar ao passado, de não mais ter o voto aberto. É como aquela velha história: tenho aqui um copo d'água pela metade; para alguns quase cheio e para outros quase vazio. Veio que a intenção de alguns foi interpretar, maliciosamente, o nosso questionamento, quando eu disse que tinha, tenho e continuarei tendo a intenção de aprimorar essa ferramenta, Sr. Presidente.

Reforço que estou satisfeito, porque o departamento técnico nos deixou claro que não há possibilidade de zerar o painel, da maneira que pretendíamos e nem tampouco acumular os votos, mantendo secreto até que todos juntos, ao mesmo tempo, fossem revelados. Compreendemos isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Deputada Rosane. Parabéns, mais uma vez.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada, Deputado Edson.

Para finalizar, queria ainda insistir na ativação do cronômetro do painel eletrônico. Para nós que estamos no plenário é muito importante acompanhar a finalização. Já aconteceu duas ou três vezes em que o Deputado solicita um aparte e não há mais tempo para que esse aparte seja concedido. Precisamos do cronômetro lá para que possamos conhecer quanto ainda o Parlamentar que ocupa a tribuna tem de tempo, para que possamos apartear-lo se necessário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para responder à Deputada Rosane Ferreira, que amanhã o cronômetro estará ligado. Esse apito, que de vez em quando aparece, é para que exatamente se ajuste tudo isso. Aí, sim, o cronômetro será extremamente rigoroso. Dez minutos, encerra-se e o Presidente concede mais um minuto, encerra-se e não é a Mesa que dirige esse cronômetro. Resolvido o assunto painel.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró, no horário dos Democratas, por 10 minutos.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesse final de ano fazia a minha leitura nos jornais, aqui do Paraná. Li no jornal Gazeta do Povo uma matéria que me deixou triste, como paranaense.

A matéria: “Paraguai exporta por vizinhos e deixa às moscas o espaço em Paranaguá”. Deputado Elio Rusch, no ano de 1957, o Brasil fechou um convênio com o país vizinho, Paraguai. O Presidente, na época Juscelino Kubitschek permitia um espaço dentro do porto de Paranaguá para que o Paraguai pudesse utilizá-lo como seu espaço, para poder exportar a sua produção. O Paraguai é um país que não tem acesso ao mar. O nome desse espaço é Porto Franco. Ali, o Paraguai construiu uma estrutura para exportar a sua produção, uma estrutura de containeres de grãos. Para vocês terem uma idéia, só no ano de 2000, o Paraguai exportou por ali 1,2 mil containeres - uma quantidade significativa passou pelo Porto Franco. Hoje, para os senhores terem uma idéia, de acordo com um levantamento feito pela imprensa - estou encaminhando um pedido de informações para confirmar essas questões que a imprensa estadual publicou - não passam mais de algumas dezenas de containeres, por esse espaço chamado Porto Franco, que é o porto Paraguai dentro do porto de Paranaguá.

Para se ter uma idéia de silos cobertos, o Paraguai tem 9 mil m², para uma capacidade de armazenamento de 118 mil toneladas. Já passou por esses silos paraguaios 1,2 milhões de toneladas por ano. É bastante soja, é bastante grãos que ali passaram. Sabem o que aconteceu com essa situação que o Governador do Paraná criou com o seu irmão Eduardo Requião, que administra o porto de Paranaguá nas questões relacionadas aos transgênicos, que o Governador do Paraná não deixou exportar produtos transgênicos pelo porto de Paranaguá? Isso fez com que os produtores paraguaios perdessem a confiança no porto brasileiro e fez com que eles viessem a buscar novas alternativas de exportação. Lá no porto Argentino e no porto Uruguio.

Também, Deputado Elio Rusch, vimos no decorrer desses últimos anos, os paraguaios procurarem portos argentinos e uruguaios para mandarem para lá os seus containeres, porque aqui no porto de Paranaguá há uma dificuldade muito grande no desembarço da documentação. Questões relacionadas à própria Receita Federal. E tudo isso fez com que o Paraguai arrendasse o porto do direito de administrar por eles, o Porto Franco. Arrendaram para uma empresa brasileira e eles não usam mais. Só que ele paga por mês para ter esse espaço, por uma questão contratual, de acordo com o convênio assinado pelo Juscelino Kubitschek em 1957, são obrigados a pagar R\$ 30 mil por mês para poder manter a questão estrutural e serviços, que é feito como um todo pelo porto de Paranaguá. Isso mostra que alguma coisa está errada.

E como falei - isso me entristece como paranaense - é ver o nosso porto de Paranaguá perdendo prestígio. Um país vizinho, que tem uma proximidade muito grande, tem uma estrutura montada dentro do porto de Paranaguá, decide mudar de rota, ir lá para o Uruguai,

para a Argentina, isso mostra que o porto não está sendo bem conduzido.

E quero dizer que com isso nós perdemos, porque no momento que o Paraguai exportava sua produção por Paranaguá, recursos eram gerados, porque ali tem taxas cobradas e naturalmente o Brasil ganhava e também o estado do Paraná.

Marco aqui a minha posição. Vejo com tristeza e estou encaminhando requerimentos a esta Mesa, pedindo informações sobre esta situação que a imprensa estadual traz à tona e, com certeza, um sério dano o estado do Paraná está tendo, pela forma como o porto de Paranaguá está sendo administrado pelo irmão mais velho do Governador, Eduardo Requião.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e o porto de Paranaguá, na verdade, foi motivo de inúmeros pronunciamentos.

Tanto aqui na Assembléia, na Câmara Federal, no Senado da República, tivemos aqui na Casa em uma das sessões, a presença de todas as entidades envolvidas na administração do porto, com as empresas importadoras que importam através do porto de Paranaguá, as empresas que usam o porto para exportar a sua produção. Já se criou um amplo debate aqui nesta Casa, com a presença do Superintendente do porto de Paranaguá. Tivemos debate em relação à questão da soja transgênica que a Assembléia aprovou e V. Exa. foi um defensor contra a aprovação da lei, que alertávamos naquela ocasião que estávamos aprovando uma lei inócua porque o que estava regulamentando a questão dos transgênicos é a lei federal e não seria uma lei estadual. Essa lei, o nosso Partido Democratas, antigo PFL, derrubou a lei no Supremo Tribunal Federal, totalmente inconstitucional. Essas medidas adotadas no porto de Paranaguá e também de Antonina, trouxeram prejuízo incalculável para o estado do Paraná. Há alguém até que diga que ações na Justiça haverão de ser movidas em relação ao rompimento de alguns contratos, ao não cumprimento a regulamentação e uso dos portos no Brasil, e quem ganhou com isto, Deputado Plauto? Foi Santa Catarina e São Paulo.

Estive agora no mês de janeiro em Santa Catarina e alguém me disse que estavam fazendo um pátio de estacionamento, não sei se é isto que se fala, para contêineres naquela rodovia que liga Brusque à BR-101. E me dei ao luxo de entrar naquela rodovia para verificar se era verdadeiro ou não era. Sr. Presidente Augustinho Zucchi, qual a minha surpresa - e digo aqui - qualquer Deputado pode verificar e quem está assistindo em casa também, pegue a rodovia que liga Brusque à BR-101, você entra nessa rodovia a mais de cinco quilômetros lá para cima, pátios de estacionamento de contêineres, porque em Itajaí não tem mais espaço para estacionar os contêineres. E por

que isto? Porque a administração do Porto de Paranaguá não está cumprindo, muitas vezes espantando, exatamente, os importadores e os exportadores que usam o nosso porto, que o porto é do Governo do Estado, o porto é do Governo Federal. O Governo Estadual tem uma concessão que, infelizmente, diante de suas atitudes, diante de suas posições, quem está perdendo é o Paraná.

São empresas que estão se estabelecendo em outros portos como Itajaí e também em São Francisco. Se não bastasse isto, agora Santa Catarina vai construir um porto novo em Itapoá, um porto totalmente privado e com toda certeza esses investimentos, Deputado Plauto, nunca mais virão para o estado do Paraná.

É uma perda contínua, uma perda permanente que o Paraná teve em relação à teimosia de algumas pessoas em querer administrar o próprio estado e também o porto de Paranaguá.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Deputado Elio Rusch, agradeço o seu aparte que veio a dar sustentação a este pronunciamento que dirigíamos exatamente nesta linha que é o problema que o Paraguai está tendo com o porto de Paranaguá.

No dia 11 de fevereiro o Governador Roberto Requião aqui esteve e daquela tribuna ele falava que o porto de Paranaguá não tinha mais fila. E eu cheguei a uma conclusão: as filas que existiam no Porto de Paranaguá foram transferidas para os outros estados e também para outro país, agora Argentina e Uruguai, onde os paraguaios vão levar a sua produção. E aquela produção de soja paranaense, a soja que vinha do Mato Grosso, que vinha de outros estados e utilizavam o porto de Paranaguá como canal de exportação, acabaram se dirigindo a outros portos, para os portos de Santa Catarina e para o porto de Santos.

Repito, é com tristeza que, como paranaense, vejo a situação como o porto de Paranaguá está sendo tratado pelo atual Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PP, Partido Progressista, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, inicialmente tenho conversado com vários funcionários desta Casa e a grande maioria triste, porque até agora não saiu o reajuste salarial que foi prometido para o funcionalismo desta Casa e os servidores e servidoras de outros Poderes já foram contemplados com o reajuste salarial. A expectativa é que neste mês eles não fiquem mais uma vez chu-

pando o dedo e recebam este aumento que, ainda que não seja o desejado, mas se faz necessário.

E também lamentar, Sr. Presidente, o meu time, o Tubarão, o Londrina, perder em casa ontem para Maringá, por 2 x 1, e o Londrina agora numa situação dramática no campeonato, em 9º lugar quando vão se classificar oito equipes. Então, Londrina já depende dele e também do fracasso de algum outro time melhor classificado que o nosso Tubarão. Mas, quero enaltecer o trabalho que a Diretoria do Londrina vem fazendo, até com dificuldade, para levantar um mínimo de dinheiro necessário para poder tocar o time de futebol do Londrina. E esperamos que o Tubarão, que no meu mandato de Prefeito, foi várias vezes campeão do Paraná, que no meu mandato de Prefeito foi campeão da Taça de Prata, que na época era equivalente a ser campeão da série B e o mesmo Londrina, que no meu mandato de Prefeito, foi o 4º melhor time do futebol brasileiro, ganhando dos maiores clubes do Brasil. Me lembro de um jogo contra o Vasco da Gama, em São Januário, o Londrina podia perder de 1 x 0 e, de repente saímos de lá com uma vitória de 2 x 0. Um time que se consagrou! Hoje, lamentavelmente, o Londrina não está nem na série A, nem na série B, nem na série C. Depende de uma boa performance no campeonato paranaense para voltar a sonhar com a disputa de alguma chave no campeonato a nível nacional!

Presidente Augustinho Zucchi, não sei se V. Exa. é fumante ou não?

(Negativa)

Parabéns!

Vejo tanta propaganda, inclusive do Governo, algumas até cansativas, mostrando que o câncer no pulmão é provocado em grande parte pelo cigarro. É propaganda, inclusive no maço de cigarros tem: fumar provoca isso e aquilo. O Governo usa o rádio, usa a TV e hoje me deparei com uma incoerência, um decreto assinado pelo Presidente da República do Brasil no ano de 1942.

O Presidente assinou um decreto estabelecendo quais são os símbolos do nosso país, os símbolos da nação e quais são os símbolos das armas da nossa República e, pasmem os senhores, no Decreto Presidencial nº 045/45, do dia 04/09/42 vai fazer 66 anos que o Presidente da República assinou esse decreto, e estabelece que o símbolo das armas da República tenham, obrigatoriamente, uma ilustração sobre o café - um galho de café, está ótimo, parabéns - e ao lado do galho de café, como símbolo das armas da República do nosso país o fumo - fumo florido, para ficar bonito, para dar mais vontade ainda do povo fumar!

Então, Sr. Presidente, já vai para 66 anos que esse decreto foi assinado. Como estamos vivendo uma outra realidade é possível que, naquele momento, falar em fumo era coisa importante. O garoto fumar escondido do pai e da mãe para mostrar que era machão, independente, e a garota também, e para aprender a fumar leva apenas alguns segundos, para se libertar do vício, ou de uma

enfermidade, de um câncer que o cigarro provoca pode levar uma eternidade e o problema não ser equacionado!

Então, Sr. Presidente, como o mundo vive uma outra realidade, estou encaminhando a V. Exa. o requerimento dirigido ao inteligente Ministro da Defesa, Nelson Jobim, solicitando uma modificação desse símbolo. Se fumar faz mal, se fumar mata, se fumar provoca câncer, como é que vai o próprio Governo usar como símbolo da nossa República um produto tão danoso, tão nocivo que já matou milhões, sei lá quantos, e vai continuar matando? O nosso pedido ao Ministro, respeitosamente, é que mande retirar dos símbolos das armas da nossa República brasileira, esta ilustração, esta propaganda deste produto que não faz nenhum bem à saúde do povo brasileiro.

E para terminar, ouço tanto discurso de Pissetti, Pissetti, Pissetti, e devo confessar que uma grande parte do povo que votou em mim não tem a mínima noção de quem é o cidadão Pissetti, o que é que ele faz, 90 e tantos por cento dos meus leitores não têm a mínima noção de quem é o cidadão Pissetti. Mas, uma coisa os eleitores que votaram em mim sabem: que tem muita gente no Governo da República se aproveitando dos altos cargos que ocupam.

Algumas madames, como explodiu neste final de semana, que vão ao cirurgião plástico e pedem para levantar mais o bumbum, “bota mais silicone aí, doutor, o dinheiro é público mesmo”. Aí dá uma olhada no bumbum e diz: “está muito baixo, ainda, levanta mais, bota mais silicone”. Aí, diz “Dr. quero seios grandes”. Tem seio aí que é maior que melancia. Se der uma apertada nele é capaz de cair tudo. É bom não apertar. Eu não sei, mas estou vivendo um outro mundo, uma outra realidade. Acho que estou superado no tempo, porque, meu Deus do céu! Vejo estas mulheres com seios que parecem uma jamanta, uma scania vabis! Uma coisa tão artificial.

E o pior é que este artificialismo, não sei se um dia ainda não vai se provar que estas cirurgias plásticas vão causar sérios danos à saúde destas mulheres que estão exagerando. Porque é coisa demais. É tão bom o corpo da mulher como Deus criou, para que este artificialismo?

E o pior, agora, é que este bumbum arrebitado, estes seios maiores que melancias, uma grande parte está sendo pago com dinheiro do povo, com dinheiro público! “Dr., bota mais silicone, o dinheiro não é meu, o padrinho Lula paga tudo! Pode por aí, Sr., para que economizar no silicone?”

Deputado Jocelito, acho que grande parte dos seus eleitores sabe quem é o Pissetti. Mas, falar que o dinheiro que faz falta para por remédio no Bolsa Saúde está sendo usado por algumas madames - como a imprensa denunciou - pagando com dinheiro público, dinheiro que faz falta para melhorar a vida do aposentado, para construir mais hospitais, mais creches, mais escolas, para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e saber que algumas madames, de maneira irresponsável e criminosa, estão se utilizando do dinheiro de órgãos públicos do

nosso país, dinheiro que o povo paga e contribui com seus impostos, para fazer cirurgias plásticas!

Tem gente assim. “Mas, eu não pago imposto!” É bom lembrar que todos pagamos impostos: na conta de luz, na conta de água, na conta de telefone, no pacote de arroz, na lata de óleo, no vinagre, na margarina, no sal, no açúcar, no remédio, na roupa, em tudo o povo brasileiro paga imposto. E não paga imposto para estas madames utilizarem o dinheiro - que é público - para estas cirurgias plásticas que nós esperamos...

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB) (Aparte)

Diante de tantas coisa que V. Exa. falou com as quais eu não concordo, talvez a mais brutal de todas elas é a afirmação que V. Exa. fez de que neste país todo mundo paga imposto. Não é verdade. Nós somos um país onde batemos todos os recordes de sonegação de impostos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Waldyr.

Mas, de um modo geral, volto a repetir, pelo menos na nossa conta de luz, de todo o povo, está lá: a luz é tanto, mais encargo, mais isso, mais aquilo, em tudo tem. Agora, se o comerciante não está recolhendo aos cofres do Governo ou se a empresa não está recolhendo, o povo está pagando imposto.

Então, Sr. Presidente, lamentamos a cara de pau de muitas madames brasileiras que estão afrontando a população brasileira procurando criar esse artificialismo no bumbum e no seio.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: com a palavra Professor Luizão pelo Partido dos Trabalhadores, pelo tempo de 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só faço aqui uma complementação na fala da Deputada Luciana Rafagnin que comentou sobre os Territórios da Cidadania que está sendo lançado hoje em Brasília, pelo Presidente Lula. Inclusive, o Deputado Elton Welter está representando o Paraná por ocasião desse lançamento, já que aqui no Paraná dos 11 bilhões que serão investidos em 2008, em quase 1.000 municípios por esse Brasil afora, o Paraná foi contemplado com 166 milhões que serão investidos em sete municípios do Vale da Ribeira e 20 municípios da região central do estado, região de Cantuquiriguaçu, próximo de Laranjeiras do Sul. Então, só para dizer que são mais recursos do Governo Federal que serão aplicados principalmente na erradicação da pobreza nessas regiões mais sofridas do nosso estado.

Mas, quero também fazer um pronunciamento em relação ao momento histórico que o nosso Brasil está passando sob o comando do Presidente Lula em relação a dívida externa. Sabemos que o Brasil desde o início da sua história, desde o período colonial, o Brasil sempre esteve na condição de devedor, desde quando Dom João VI veio para o Brasil com a família real fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, em 1808, que o Brasil passou a dever já naquele momento para a Inglaterra porque precisava de recursos para implantar aqui no Brasil o mínimo de instituições para que ele pudesse governar a partir do Brasil. E na sequência D. Pedro I, após a Independência do Brasil, para que Portugal reconhecesse a Independência do Brasil, o Brasil teve que assumir todas as dívidas que Portugal tinha adquirido com a Inglaterra. Então, naquele momento, o Brasil assumiu mais as dívidas de Portugal para poder ter a independência reconhecida. E de lá para cá nós somos testemunhas que a dívida do Brasil só aumentou. J.K., por ocasião da construção de Brasília também recorreu a empréstimos internacionais para poder fazer frente àquela importante obra para o nosso país.

No regime militar é que tivemos uma explosão da dívida externa. Os militares quando tomaram o poder em 1964, a dívida externa não chegava a US\$ 5 bilhões, 20 anos depois, quando entregaram o poder, a dívida já passava de US\$ 80 bilhões. Foi aquele período do milagre econômico, das grandes obras, que algumas foram importantes também para o Brasil. O que não foi importante era aquele discurso de que o Brasil estava crescendo, era milagre econômico, tinha que fazer crescer o bolo para depois repartir. Infelizmente, alguns poucos comeram o bolo e não foi repartido coisa nenhuma. E o Lula, que era motivos de muitas lutas, de muitas palavras de ordem como “Fora FMI”.

Sabemos que o Fernando Henrique Cardoso recorreu muito ao FMI para poder ter um pouco de condição de equilíbrio com o mercado financeiro internacional. Participei de muitos encontros e era difícil não ver uma faixa escrita “Fora FMI”. E o Lula, em 2005, quitou a dívida com o FMI. O FMI não apita mais nada aqui dentro do Brasil. Em 2006, com as condições criadas no Governo Lula, foi possível pagar a dívida com o Clube de Paris.

Acompanhamos o Brasil, desde 2003 vem numa ascensão em relação ao cenário internacional. O Brasil tem se destacado, suas exportações tem aumentado a cada ano, mesmo com a queda do dólar. Por quê? Pela postura de um Governo sério. Um Governo que estabelece relações internacionais sérias, que tem credibilidade e uma política fiscal bastante equilibrada aqui no Brasil.

Quando o Lula viajava para outros países, tinha até uma piadinha dizendo: “Olha o Lula indo! Voltando!” Só que diferente de outros Presidentes que iam para fora receber títulos de cidadãos, fazer turismo, o Lula ia para fora do país e trazia resultados. Abria portas para o Brasil. Graças a essa abertura de portas que as exportações do Brasil se multiplicaram durante este Governo. Só para

comparar, no final de 2002, as reservas estavam em US\$ 16,3 bilhões. O Brasil era um país desacreditado. E a dívida externa era de US\$ 165 bilhões.

O que o Governo fez? Ele inverteu essa situação. Ele segurou a dívida externa e aumentou as reservas. E as reservas brasileiras cresceram mais de 10 vezes durante o Governo Lula. Chegou a superar a dívida externa em US\$ 4 bilhões.

O Brasil hoje pode, se quiser, entrar para o Clube de Paris, dos países credores, porque tem uma condição que favorece isso. O Brasil conseguiu, para nosso orgulho de povo brasileiro, dispensar o FMI, pagar a dívida com o Clube de Paris e armazenar reservas, a ponto de ter hoje superávit. É um assunto que, às vezes, passa despercebido. Não são todos os meios de comunicação que dão o destaque para a importância desse feito. Toda uma história, desde o Período Colonial, passou a se inverter neste momento agora. O Brasil não é mais devedor; não é mais dependente. Tenho certeza que, se continuar no ritmo de crescimento o Brasil vai ficar como principal país deste mundo.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Luizão, estou ouvindo, prestando atenção no seu pronunciamento, V. Exa. fala das ações do Governo Lula e uma das coisas que o Governo Lula fez foi dar segmento na política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, que eu discordo.

O Brasil cresceu 5,3% neste ano que passou. Na América Latina, a média de crescimento foi 5,5. A maioria dos países cresceu muito mais do que o Brasil. Os bancos do Brasil tiveram lucros exorbitantes, novamente. Lucros bem maiores do que na época do Governo Fernando Henrique. Está certo? Então, tem conquistas? Tem conquistas, mas também tem muita coisa que o Governo ainda deve explicação para a população.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Deputado Douglas Fabrício, é claro que, muitas vezes existe esse discurso de desmerecer a competência deste Governo que está aí, mas sabemos muito bem que o Brasil cresce com distribuição de renda, diferente de muitos países que continuam crescendo como o Brasil crescia lá atrás, crescia o bolo para depois repartir. O bolo que nunca é repartido.

Hoje, o Brasil cresce para todos. Estão sendo gerados empregos. No tempo do Governo Lula, já foram gerados quase sete milhões de empregos com carteira assinada. Esse é um feito inédito. Em outras épocas, o Brasil crescia, mas crescia para um pequeno grupo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças.

Com a palavra, no horário do PMDB, o Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Até aguardei que no pronunciamento do Deputado Antonio Belinati houvesse, através da Deputada Beti ou da Deputada Rosane, um questionamento porque, primeiro, a Assembléia Legislativa merece pronunciamentos mais precisos; segundo, o dispor do corpo para fazer plástica que se fala na mulher, mas os homens também fazem, é uma liberdade defendida por todo segmento da sociedade e pela própria Constituição.

Questionar se faz plástica com pagamento de recursos públicos é uma coisa, generalizar grosseiramente que as mulheres estejam levantando o bumbum, levantando os seios, se o orador gosta ou não gosta disso, esse é um problema pessoal dele, não é problema das mulheres paranaenses nem das mulheres brasileiras que têm o pleno direito de escolher como se comportar com seu corpo. Se não defendermos essa liberdade da utilização do corpo da pessoa, nenhuma outra liberdade será defendida.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, no dia de hoje ouvi diversas colocações feitas nesta Assembléia Legislativa e chego à conclusão que a abrangência das colocações que são feitas e dos requerimentos que são feitos, a continuidade diária de desconfianças, acusações, requerimentos, ao invés de nos valorizar, acaba nos desvalorizando.

Ouvi acusações sobre o porto. Quero lhe dizer, Deputado Elio Lino Rusch, que está crescendo o porto de Itajaí da mesma forma como está crescendo o porto de Santos e da mesma forma como está crescendo o porto de Paranaguá. Os três portos estão crescendo porque estamos aumentando o nível das nossas exportações. O Brasil produzindo mais transporta pelo meio mais barato, que é o meio marítimo, e transporta mais. Não podemos definir, Deputado Elio Lino, V. Exa. mesmo disse, a iniciativa privada está construindo um porto ou irá construir um porto em Itajaí, da mesma forma que um grupo de iniciativa privada pretende construir um porto aqui no Paraná.

Não cabe ao Poder Público a capacidade do Governo ou do Superintendente determinar que a iniciativa privada construa aqui ou ali. Daqui a pouco vão construir mais um porto em Santos, um em Itajaí, um no Paraná. Não é um recurso público, é um investimento privado que está se fazendo. O porto de Paranaguá não está diminuindo exportação. Da mesma forma, o porto de Itajaí não tem diminuído exportação. Se V. Exa. compara, por exemplo, o aumento de contêineres em Itajaí, há de comparar também o aumento de cargas de veículos e de grãos pelo porto de Paranaguá. É uma opção dos exporta-

dores a utilização do porto. Da mesma forma o Paraguai, se lhe for conveniente exportar por Paranaguá, vai exportar. Se for conveniente pela Argentina, vai exportar. Essa é uma definição do exportador. O porto está aí para receber exportação.

Quero também, Deputado Rangel, a quem estimo muito, o Ministério Público não vai oferecer denúncias em cima de fatos infundados. O Ministério Público não é uma sucursal do nosso desejo. Há uma responsabilidade na avaliação das acusações que tem. Isso não é só no Poder Público. Em uma questão criminal, o Ministério Público não oferece denúncia, se ele não tiver o convencimento da culpa. Ele não oferece no cível e não oferece no público. Como é que se vai oferecer uma denúncia em cima de uma acusação, absolutamente irreal, da revista Isto É? Por que a revista Isto É vai nos merecer crédito, em uma matéria que se lendo, percebe-se que não tem fundamento e comprovação? Seria muito mais interessante oficiarmos, aqui, a revista Isto É, para que ela apresente os comprovantes que têm das acusações que faz.

Do mesmo modo veio o Senador Galaverna, do Paraguai, que foi indiciado há pouco tempo de uma conduta não tanto ilibada no seu país, vem aqui em uma entrevista para colocar - nem a Oposição do Governo Requião acredita que possamos estar fazendo contrabando pelo porto de Paranaguá, lavagem de dinheiro, sendo traficantes de droga. Ora, acho que seria merecido de todos nós, da sociedade paranaense, de Situação e de Oposição, um voto de repúdio a uma colocação tão absurda, que pode ser usada amanhã contra qualquer um. Não há responsabilidade de um Senador do Paraguai, que vem aqui dar uma entrevista jogando todo tipo de acusação, sem nenhuma prova, em cima de um político paranaense.

Se amanhã um Senador do Paraguai vem aqui e fala contra uma eventual candidatura do Osmar, ou da Gleisi, ou do Beto Richa, vamos inaugurar esse novo processo, que uma pessoa de fora, a quem tantos contestam, aqui, a interferência do Secretário Pissetti na eleição do Paraguai. Mas ninguém contesta a intromissão de um Senador paraguaio na acusação do Governador do nosso estado. Se quisermos ter um debate lúcido, franco, correto, sincero e produtivo, precisamos ver quais os assuntos que iremos aprofundar aqui dentro.

Eu havia me colocado à disposição para que discutíssemos o cartão corporativo, que é outro assunto que a Assembléia, de sobra, sabe que não existe pagamento de despesas em cartão de crédito, cartão corporativo do estado do Paraná. Esses cartões foram implantados no Governo do Lerner - eu já disse nesta tribuna, uma implantação que nos merece respeito.

Então, o que não podemos é insistir em procurar comparativos. O cartão do Paraná, de viagem, é carregado na saída do funcionário, com o valor exato da diária que ele tem direito. Gastado este valor ele zera. E isto é fácil de ver porque é uma conta no Banco do Brasil para cada Secretaria. Não tem forma de fazer diferente. O car-

tão não tem crédito. Nunca. Ele só tem o depósito do valor da diária. Só isto.

E quero dizer uma coisa - esta foi uma continuidade dada pelo Governo Requião numa lei que foi criada por resolução do Governo Lerner para que pudéssemos ter controle sobre estas despesas, para que os servidores não se vissem obrigados a estar buscando nota para poder fechar despesas eventuais que tenham acontecido e por respeito ao princípio da diária, que é um direito do trabalhador público quando ele se desloca do seu local de trabalho para um outro local para exercer um serviço volante.

Portanto, essa discussão não pode ganhar a Assembleia constantemente como se o Paraná tivesse cartão corporativo pagando despesas que não sejam de diária, porque se ficarmos neste tipo de acusação constante vamos acabar passando o ano aqui sem evoluirmos para uma discussão mais séria que é a discussão do que podemos fazer, do que podemos cobrar, do que devemos cobrar de explicações do estado. Por exemplo, há uma solicitação sobre o Secretário Pissetti, se viajou, se não viajou, viajando de Gol, pago por uma empresa, pago por ele, isto é de somenos importância, somenos importância. Não foi dinheiro público, portanto o Governo não tem que responder. Agora, se viajou durante o expediente, não viajou durante o expediente, isto é outra história.

Agora, não há pagamento público, não cabe ao Governo explicar porque foi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças, Liderança da Oposição, com a palavra.

(Declina)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Não tenho dúvida, Deputado Augustinho Zucchi, que o nosso companheiro, Deputado Caíto Quintana, fez aqui sim um pronunciamento a altura da sua história e do conhecimento profundo que ele tem, por ter sido Chefe da Casa Civil, conhece o Governo, e desfaz aqui, de forma muito objetiva, muitas afirmações absolutamente levianas que são postas aqui neste plenário. E confesso que ao chegar próximo do término do período em que o processo de discussão é mais intenso nesta Casa, e falando no horário da Liderança do Governo, vou aqui relembrando as inverdades que aqui foram ditas e algumas mentiras.

Quero começar afirmando: é mentira que o Bispo Lugo tenha utilizado avião do Governo do Estado. É mentira que está sendo repetida e que querem aqui indus-

trializar como verdade - é mentira - para poder deixar muito claro o que foi afirmado aqui nesta Casa.

Por outro lado, Sr. Presidente, estou vendo ali o requerimento que, diga-se de passagem, parece que foi, se eu tivesse combinado com V. Exa. não teria dado certo, porque vai o Líder da Oposição, Valdir Rossoni, faz um discurso inflamado, com base no quê? No famoso requerimento das ONGs. Estou ali com uma cópia, também fui subscritor, fizemos um acordo e estava lendo ali as informações. Olha, Deputado Rossoni, quero que V. Exa. se debruce mesmo. Vai ter surpresa nesse requerimento que aprovamos. V. Exa. vai ter que dar explicações aqui, em relação aos investimentos que foram feitos em Organizações Não Governamentais no período de 1995/2002. Quero dizer que quero ouvir de V. Exa., explicações em relação a algumas entidades que estão inclusive com os CNPJ relacionados. Que de fato têm que ter uma explicação boa sobre o plano de aplicação dos recursos que efetivamente foram destinados a essas instituições.

Concedo aparte a V. Exa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Obrigado, Deputado Romanelli, tenho que dar explicações?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Claro.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Transfiro as explicações do Governo anterior porque não fui nenhuma vez Executivo. Transfiro para o Rafael Greca, para aqueles que pertencem ao Governo Jaime Lerner no Executivo.

Deputado Romanelli, não tenho nenhuma dúvida que V. Exa. investigue o Governo anterior. Agora, V. Exa. quer justificar um erro com outro erro. O meu trabalho é investigar o seu Governo. O Governo Requião. E quando estou levando essas acusações é porque tenho, na verdade, fortes indícios e como V. Exa. demora seis meses quando a Constituição exige que é 30 dias, só por isso me deixa mais dúvidas. Mas, não tenho que dar explicações, tenho que exercer a minha função de Parlamentar. E vou continuar. Enquanto V. Exas. e o Governo estão olhando pelo retrovisor, estão dando trombadas todos os dias com a opinião pública e com a malversação do dinheiro público.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, o nosso Governo é intrinsecamente bom, é um Governo austero, que aplica bem o dinheiro público. E temos a capacidade de andar pela cidade de cabeça erguida. O difícil mesmo era andar num determinado período do Governo do qual V. Exa. foi Líder nesta Casa, porque era muito difícil andar por esse Paraná, até porque não haviam estradas recuperadas.

Hoje temos mais de cinco mil quilômetros de estradas recuperadas.

Mas, quero dizer a V. Exa. o seguinte: aqui há uma discussão inútil, desproporcional em relação às atividades pessoais do Secretário Pissetti. O Deputado Jocelito, por exemplo, veio aqui cumprir missão, ele é um soldado do General Lino Oviedo. Vai ao Paraguai, faz campanha, daqui a alguns dias certamente a Direita vai ao Paraguai fazer campanha. A Oposição certamente, alguns irão para apoiar aquela candidata da Direita que é a Blanca, certamente Sr. Presidente.

Os requerimentos que podem promover os esclarecimentos, todos já foram aprovados. Hoje já tem mais um do Deputado Jocelito, embora o mesmo, com aquele teor seu, já foi aprovado. Mas, vai ser aprovado também esse, para demonstrar que nenhum real do dinheiro público foi efetivamente gasto. O Secretário Pissetti me assegurou que nunca foi ao Paraguai utilizando o dinheiro público. Pois não, Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Romanelli, obrigado pelo aparte.

O absurdo maior que eu escuto aqui é dizer que vem dinheiro da Venezuela, através do Paraná, para o Paraguai. Todo mundo sabe que o Paraguai é um paraíso fiscal é o absurdo dos absurdos dessa linguagem é que está vindo dinheiro da Venezuela para o Paraná para ir para o Paraguai! É querer na verdade criar factóide para a imprensa, agora com a TV Assembléia se vê até isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que quem fez essa afirmação é porque entende de caixa 2, não é? Certamente deve ter algum conhecimento dessa matéria.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito, V. Exa. foi citado aqui, tem direito ao contraditório.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só queria dizer que concordo com muitas coisas que V. Exa. falou, mas particularmente queria dizer que fico com o discurso do Deputado Caíto Quintana. Acho que ele foi justo quando disse que só se pode falar aquilo que se pode provar, foi o que eu disse no começo.

Agora, a única coisa que levantei aqui e que posso provar é que o Secretário Pissetti esteve fora, no seu horário de trabalho, durante a semana no Paraguai e eu trouxe aqui os documentos para a hora que precisar. Somente: ele esteve fora, agora cabe saber se é crime, a quem? Ao Ministério Público e assim por diante.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na verdade, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que prestamos e estamos prestando todos os esclarecimentos, mas quero repetir aqui o seguinte: gostaria de ver esta Casa discutindo as políticas públicas que são importantes para a sociedade paranaense.

Hoje, sinceramente, escutei um discurso aqui que não vou nem repetir, Deputado Edgar Bueno, porque, sinceramente, tem coisas que até para respeitar o direito de escolha que as mulheres têm, penso que as pessoas devem pensar muito bem antes de falar na tribuna desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 031/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a intensificação da fiscalização de trânsito, para evitar atropelamentos de animais silvestres na rodovia BR-376, trecho entre Paranavaí, Nova Londrina, Loanda e PR-218, trecho entre Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 032/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Ministro da Defesa a retirada da ilustração de fumo florido, como símbolo das Armas da República. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Ministro da Defesa, a retirada da ilustração de fumo florido, como símbolo das Forças Armadas.. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 241, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência à Sessão do dia, 25/02/08. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de Handebol, com sede e foro no município de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 841/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 842/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC, com sede e foro no município de Siqueira Campos. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 5

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que torna obrigatória consulta aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares dos Municípios,

no processo de elaboração de proposta orçamentária. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDM. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Professor Luizão tem como escopo tornar obrigatória uma consulta aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares dos Municípios no processo de elaboração de proposta orçamentária, visando zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente.

Fundamentação

A Constituição Federal, bem como a Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), trazem a tutela dos direitos da criança e do adolescente, impondo ao estado o dever de garantir tais direitos. Pois vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei Estadual nº 9579 de 22/03/91 e alterado pela Lei Estadual nº 10014 de 29/06/92, que em seu artigo 5º, inciso II, estabelece como sua função acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada:

Art. 5º São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

(...)

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando ao Secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada; (grifo nosso)

Desta forma, estando em pauta direitos relacionados à criança e ao adolescente, justifica-se a obrigatoriedade da consulta aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares dos Municípios como forma de efetivar os direitos propugnados pela Carta Magna.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade do projeto apresentado, esta Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER
PROJETO DE LEI Nº 328/07

P A R E C E R :

“O conhecimento de um lado somado ao conhecimento de outro lado gera um novo conhecimento”.

(Karl Marx)

Cabe ressaltar a iniciativa do Deputado Professor Luizão que tem como objetivo tornar obrigatório, através de lei, a consulta por parte do Poder Executivo municipal ao Conselho Tutelar quando da elaboração da peça orçamentária municipal.

Tal iniciativa, no meu entendimento, dará mais transparência na aplicação dos recursos bem como permite uma aplicação dos recursos de forma mais eficiente através de uma maior participação popular. Portanto o meu parecer é favorável ao projeto do nobre Deputado, Professor Luizão.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

PEDRO IVO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 238, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Para encaminhar o requerimento, Presidente.

A intenção de fazer este projeto, é claro que já conversamos na Comissão de Constituição e Justiça, onde o Deputado Nereu Moura foi Relator, quero dizer que aceito conversarmos mais um pouco, esclarecermos algumas dúvidas. Mas, preliminarmente, gostaria de dizer que o que motivou a apresentação deste projeto já para que iniciemos a conversa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 136, IX, prevê que: *Uma das atribuições do Conselho Tutelar é assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para os planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.*

Todos nós sabemos da importância dos conselhos da criança e do adolescente, tanto o Conselho Estadual como os conselhos municipais, porque são os conselhos que homologam as concessões de auxílios e subvenções para entidades particulares, filantrópicas, que atuam no atendimento da criança e do adolescente.

Nós temos uma Lei Estadual, a de nº 9579, de 1991, que regulamenta este artigo da Constituição Fede-

ral e da Constituição Estadual e no seu artigo 2º, II, prevê o seguinte: *A função do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando ao Secretário de Estado competente as modificações necessárias à consecução da política formulada.*

Então, a lei federal e a lei estadual prevêm que uma das atribuições do Conselho é auxiliar o Poder local na elaboração da proposta orçamentária naquilo que é da sua competência, do cuidado com a criança e com o adolescente.

A minha lei propõe que é só dizer como isso vai ser feito. Na verdade, ela prevê a consulta aos conselhos. Como será feita. A consulta não é uma imposição. Ela será oficial, por escrito, no prazo de 30 dias. O Poder Executivo local, na elaboração da proposta, vai consultar o conselho, como é que está a situação, a demanda, a necessidade das crianças e da juventude no município. Então, será feita através de uma consulta, por escrito. A lei simplesmente quer dizer isso.

Mas, ouvindo os nobres Pares, aceito a retirada para que conversemos mais. De repente pode-se aperfeiçoar, fazer uma emenda. Mas, estou só justificando que a lei somente pretende dizer como é que esta consulta será feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Em votação o requerimento, solicitando a retirada do projeto por cinco Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 328/07.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisas e Atenção a Drogas e AIDS - CEPADA, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 723/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Noroeste, declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisas e Atenção a Drogas e AIDS - CEPADA, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nº 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (Publ. no DA nº 131/07, de 16/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 735/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei sob escólio tem por escopo autorizar a possibilidade de os agentes penitenciários estaduais portarem armas de fogo no estado do Paraná.

Legitimidade e Constitucionalidade

Como aspecto inicial é importante que se discuta a iniciativa, ou a competência para se deflagrar o processo legislativo no presente caso. Para tanto, há que se fixar de modo estrito qual o objeto que se trata na propositura. Pela consulta ao texto da proposta, é de se ver que o tema é o porte de arma por parte de agentes penitenciários do estado do Paraná. Assim, calcado nessa acepção é que se busca a legitimidade para legislar sobre portes de armas, inicialmente. A Constituição Federal, em seu artigo 21 aduz da seguinte forma:

Art. 21. Compete à união:

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

Assim, percebe-se que esta iniciativa cabe preliminarmente à união, e não aos estados membros, dentro do sistema federal em que se vive. Neste sentido, já existe lei federal dispondo de modo direto sobre o porte de armas, inclusive para a situação que se analisa. Portanto, em momento posterior se voltará o aspecto da legitimidade, naquele momento em nível estadual para o processo legislativo neste caso.

Do Objeto Material

Consoante supra exposto, o projeto versa sobre o porte de armas para certa categoria de servidores públicos de nosso estado. Ainda mais, já se disse que a competência é da união. Posto desse modo, é tempo de se analisar a lei federal que disciplina o tema para todo o território brasileiro.

Esta positivação jurídica, de número 10826/03 é norma geral em tema de porte de armas, ratifica-se, vigente em todo o Brasil. Adentrando no tema, passa-se a

leitura do artigo 6º da lei citada, que é de angular valia para a análise que ora se produz:

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

VII - os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

É forçoso dizer que com esta lei, a união exercitou sua competência legislativa inicial, já tratada acima, quando do tópico da legitimidade. No entanto, cumpre destacar que esta norma federal traça exceção à possibilidade de porte de armas, sendo que uma destas é o caso que ora se pretende especificar no Paraná, qual seja, a dos agentes penitenciários e daquelas pessoas que realizam escoltas. É cediço que estas ocupações profissionais envolvam grandes riscos à integridade física destes, bem como refletem de modo direto na segurança pública da população paranaense.

Pois bem, reforce-se neste passo que já existe a possibilidade de que os agentes penitenciários portem arma de fogo. Neste diapasão parece a este Relator que a lei estadual está a suplementar a lei federal ou ainda a colmatar eventual lacuna criada ou propositadamente deixada como aberta para que lei estadual a complete. Pois bem com espreque nisso, ou seja, de que a lei federal criou a possibilidade de porte de armas para agentes penitenciários e mais, que a lei estadual pode criar de modo concreto em cada ente federado essa permissão é que se passa a analisar uma vez mais a legitimidade em escala estadual para a proposta que ora se estuda.

Falando-se em aspecto estadual referente a competência, há que se constatar que possui o autor prerrogativa para iniciar o processo legislativo no presente caso. Isto de conclui pela análise de competência privativa do Governo do Estado, insculpido no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Para simples leitura do texto da norma constitucional fica claro que não existe óbice algum, vindo pela lógica de que o que não é privativo é permitido aos demais entes, principalmente ao Poder Legislativo, que

tem em sua função de criação de leis uma de suas principais atividades.

Portanto, não parece de fato que está a se modificar qualquer especificação nos cargos existentes, tampouco regular seu regime jurídico ou coisa de algum modo parecida, mas sim apenas está a se assegurar uma garantia advinda de lei federal, que ora se busca cristalizar aos agentes penitenciários e agentes de escolta de prisioneiros no Paraná.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pelo respeito à, legalidade e a constitucionalidade, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 735/07

P A R E C E R :

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação do projeto.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 05.12.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
MAMEDE - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma observação, na pauta, vários itens aqui, até o item 6, são todos de 2ª discussão. Mas do item 6 em diante são todos de 1ª discussão e não temos a cópia.

Então, apenas que V. Exa. possa solicitar para que possa ser anexado, para que possamos discutir. O Deputado Luizão vai encaminhar e nós, obviamente, não sabemos sobre o que ele vai encaminhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Augustinho Zucchi. Ocorre que toda essa publicação na Sessão de quinta-feira, como foi derrubada a Sessão, a Ordem do Dia permaneceu a mesma.

Por essa razão, V. Exas. não estão de posse de todo o projeto, mas faço questão de ler: "Item 7: Dispõe sobre o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais, conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública.

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Srs. Deputados, esse projeto é de grande importância para os agentes penitenciários do Paraná. O objetivo dessa lei é regulamentar no estado do Paraná o artigo 4º do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10826, que V. Exas. sabem muito bem, restringiu muito o porte de arma aos cidadãos. Mas o Estatuto do Desarmamento, no seu inciso VII do artigo 4º, prevê as exceções aos integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.

Então, o próprio Estatuto do Desarmamento prevê essa possibilidade. Os agentes penitenciários federais já têm essa regulamentação e podem utilizar o porte de arma para transitar, para ir ao serviço, para voltar. Enfim, a eles é permitido o porte de arma, inclusive na escolta de presos é permitido o uso de fuzil.

Alguns estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo, alguns estados do nordeste já regulamentaram. Alguns estados regulamentaram através de decreto e outros estados, como São Paulo, através de projeto de lei. A minha intenção aqui no Paraná, ao propor esse projeto, é permitir aos agentes penitenciários a possibilidade de portar arma de fogo para a sua defesa pessoal e da sua família.

Sabemos que o agente penitenciário é pago pela sociedade para exercer uma função, ou seja, cuidar dos presos que estão cumprindo pena, os bandidos, na maioria das vezes de alta periculosidade. O agente penitenciário tem que impor uma certa disciplina na penitenciária, e muitas vezes essa imposição, essa disciplina, causa revolta aos presos, e eles, quando saem da cadeia, revitam. E nós tivemos, infelizmente, aqui no Paraná, já três assassinatos de agentes penitenciários, recentemente, por conta do trabalho que eles exercem dentro da penitenciária, porque o bandido quando sai da penitenciária, quando ele cumpre a pena, se ele não é ressocializado, ele volta para a rua geralmente armado. E o agente que conviveu com ele vários anos vai estar desarmado e o bandido sabe disso, porque se o agente estiver armado, já aconteceu casos aqui no Paraná de o agente, com medo, utilizar a arma, e se ele é pego com a arma é porte ilegal, ele vai preso, assim como qualquer um de nós.

Então, essa lei vai permitir ao agente penitenciário ter um pouco mais de segurança. Talvez não resolva completamente se ele for perseguido, mas ele vai ter mais segurança e também vai dar mais segurança à sua família. O bandido vai saber que o agente penitenciário no Paraná pode portar arma quando estiver fora do serviço. Ele não utiliza arma em serviço. Vai ter a possibilidade de utilizar a arma para sua defesa pessoal e da sua família, claro, com todas as exigências que o próprio Estatuto do Desarmamento prevê para o porte de arma nesses casos.

Peço a todos o apoio a esse projeto. Quero, de antemão, agradecer o Deputado Reni Pereira, que foi Relator na CCJ, e o Deputado Mamede que foi o Relator na Comissão de Segurança Pública.

Acredito que estaremos dando a possibilidade para 2 mil e quinhentos agentes penitenciários que existem hoje no Paraná e, com a abertura das novas penitenciárias, já se tem a previsão de contratação de mais 1.100 agentes penitenciários. E eles têm muita esperança que aproveemos essa lei e o Governador sancione, pois essa lei não vai trazer nenhum aumento de despesa ao estado.

Por outro lado, também, se os agentes penitenciários tiverem a oportunidade de poder escutar os presos, e não a Polícia Militar, serão mais policiais militares nas ruas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação o item 07: 1ª discussão do Projeto de Lei nº 735/07. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 840/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a denominar Walter Alberto Pecoits, o Hospital Regional do Sudoeste localizado na cidade de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07 de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 840/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto apresentado pela Deputada Luciana Rafagnin visa denominar de “Walter Alberto Pecoits” o Hospital Regional do Sudoeste localizado na cidade de Francisco Beltrão.

No mérito

A diletta CCJ determinou a baixa do referido projeto em diligência à egrégia secretaria da Administração e da Previdência - Coordenadoria do Patrimônio do Estado. Em resposta aquela Secretaria manifestou-se sobre o projeto de lei do seguinte modo: *Não há qualquer impedimento legal ao proposto e, a nosso parecer, a escolha presta justa homenagem ao homem público que desempenhou papéis de fundamental importância na política paranaense e em nossa administração pública.*

De sorte que em não havendo óbice a tramitação do referido projeto, já tomadas as cautelas de praxe sobre possíveis entraves ao seu andamento, vejo possível o provimento do mesmo.

Isto posto, e frente à legalidade aferida, estando o texto proposto em conformação com a Lei 095/98 que disciplina a elaboração das leis, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 846/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 158/07 de 05/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 846/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro no município e comarca de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, esse Projeto de Resolução nº 004/08, altera os artigos 90 e 91. O artigo 90, onde subdivide o Grande Expediente em dois horários de 15 minutos, vemos com bons olhos.

Na verdade, qualquer Deputado poderá fazer a sua inscrição no Grande Expediente, e não somente o Líder da Oposição ou da Situação.

Seria mais interessante retirar por duas Sessões, para que essa correção seja feita pela Mesa, para evitar-mos que volte à CCJ e polemize mais a questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há necessidade de retirar. Conversamos com a assessoria da Liderança da Oposição, que tem também algumas sugestões. Pelo Regimento Interno, não caberiam emendas, mas sugeriria as V. Exas. que, na Sessão de amanhã, apresentassem as sugestões para que acatássemos e votássemos.

Deputado Tadeu Veneri, pela ordem.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de um esclarecimento. Quando houve essa discussão com os Líderes de Bancada, não sei se permanece ou se altera, mas no meu entendimento, continua sendo possível trazermos, ainda que nas quintas-feiras, convidados para falarem no Grande Expediente, por

15 minutos ou por meia hora, se houver acordo entre as duas lideranças?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. participou da reunião das lideranças e observou que não tocamos nesse assunto. Esta semana haverá reunião das lideranças, novamente, acho que é uma questão que deve ser discutida, como outras tantas que têm sido encaminhadas.

Acho que a democratização para a definição do andamento das Sessões, por meio das lideranças, é muito importante. Fica estendido, inclusive, o convite a todos os Deputados, porque, muitas vezes, a Liderança participa da reunião e, depois, não comunica seu liderado. Acho importantíssima a colocação de V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Faço essas considerações porque esta Casa sempre foi um espaço democrático. V. Exa., que está aqui há mais tempo do que eu, sabe que sempre foi um espaço onde a sociedade pode, em diversos momentos, se manifestar, usando a tribuna da Situação ou da Oposição. Então, me parece que seria prudente explicitarmos que essa prática continua sendo mantida por esta Casa, para que não tenhamos, por alguma razão, entendimento contrário.

Creio que não é, obviamente, este o vosso entendimento, mas para que pudéssemos explicitar que os Deputados que quiseram e houver, obviamente, concordância da Casa, possam trazer aqui, também, para explicitar suas posições, outros movimentos, não só os Deputados Estaduais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito bem lembrado, e se depender da opinião da presidência, continua válido como estava.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Sr. Presidente, compreendi a colocação de V. Exa. e também não sou contrário. Acho que é muito bom dividir o Grande Expediente em dois horários de 15. Agora, fiquei preocupado quando V. Exa. disse que não pode fazer emenda. Legalmente, não cabe emenda. Então, se não cabe emenda no dia de amanhã, não podemos votar hoje em primeira...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pode emendar. Estou dizendo que cabe como sugestão emendarmos amanhã.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas cabe emenda legalmente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está bem, é que o Deputado Strapasson disse que não caberia emenda. Se couber emenda legalmente, retiro o que falei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o item 10.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/08, de autoria da Comissão Executiva, altera os artigos 90 e 91 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. (SERVIÇO PÚBLICO) (**Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Projetos de Resolução**).

Em votação. **Aprovado.**

Fica aqui, mais uma vez, ressaltado que aguardamos as sugestões para que sejam emendadas na Sessão de amanhã.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 204, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para poder encaminhar, encaminhamos favoravelmente à aprovação o requerimento do Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Requerimento nº 207, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Cida Borghetti, Edgar Bueno, Elio Rusch e Ademar Traiano, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Na Sessão de quinta-feira, pedi para adiar a votação para esta segunda-feira e entrei em contato com a direção da Companhia de Saneamento do Paraná. Penso já ter as respostas referentes a esse pedido de informação. Portanto, se o nobre Líder da Oposição aceitar, aqui está todo o processo das desapropriações referidas no presente requerimento. Por isso, entendo que se houver, por parte da Oposição, a vontade de ter os esclarecimentos, esses esclarecimentos estão aqui e poderei fazer a entrega à Oposição dessas informações. Agora, se for, única e exclusivamente, para promover desgaste político em rela-

ção ao tema, entendo que a Oposição queira ficar adiando. Mas as informações necessárias estão todas aqui, já devidamente encaminhadas, e poderão ser analisadas e questionadas em uma ou outra decisão, se houver boa vontade da Oposição. Se for para promover desgaste político é diferente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto a Liderança da Oposição, uma vez que o Deputado Romanelli, Líder do Governo, traz que se há necessidade de se aprovar o requerimento, ou se recebe esses documentos, ou caso contrário, se não satisfaça, volta.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Está feito o acordo, não está?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Fazer uma sugestão. Seria bom que o 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, lesse o teor completo do requerimento de informações. O que estamos fazendo, a SANE-PAR, é possível? Assim, todos ficam sabendo o que pretendemos. De repente, o próprio Deputado Romanelli está com as respostas aqui. Ou V. Exa., com essa voz tão bonita, lerá para nós.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O requerimento, aprovado pela Bancada da Oposição, solicita informações a respeito das áreas desapropriadas; as respectivas matrículas no Cartório de Registro de Imóveis; os valores estabelecidos para esse fim, ao fim de cada uma das matrículas; quando foram procedidos os pagamentos; e se houver acordo para pagamento dos valores estabelecidos, nas avaliações, juros e correção monetária; se existe saldo a pagar; enfim, informar separadamente cada matrícula.

Esse é o requerimento que teve a sua discussão adiada e o Líder do Governo está se propondo a responder.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O Deputado Valdir Rossoni está presente, olhamos o requerimento rapidamente. V. Exa. fez a leitura e o Deputado Romanelli apresenta os documentos. Eu, como Vice-Líder, diria o seguinte: aceitamos os documentos, hoje, deixamos o requerimento sob *sine die*, substar. Se os seus documentos preenchem os requisitos, que solicitamos através do pedido de informações, tudo OK. Se ele não preencher, o requerimento poderá ser reapresentado. Acredito que não teria dúvida nenhuma.

O requerimento fica, se não preencher os requisitos que pedimos e as formalidades. Apresentaremos o requerimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

OK. Parabéns!

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 214, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 215, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Eu disse que encaminharia favoravelmente, como encaminhei todos os outros, embora esse requerimento com esse teor foi feito e aprovado nesta Casa. Eu diria que estamos aprovando um assunto, uma matéria que já foi objeto de deliberação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 216, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 217, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Elton Welter, Osmar Bertoldi e demais Deputados que compõem a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente nesta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 221, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 225 a 228, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 234 a 236, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 237, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimento nº 244, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 669, 753/07 e do Projeto de Resolução nº 003/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 723, 735, 840, 846/07 e do Projeto de Resolução nº 004/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 597, 680 e 852/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Tomadas de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 1ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 019/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião, desejando a todos um bom retorno e um ano de trabalho profícuo, passando a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 019/08, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, referente ao mês de janeiro de 2008. A matéria foi estudada com o devido empenho e pelo que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 019/08 e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, o Relator decidiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as mesmas atendem a regulamentação em vigor. O parecer foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins e Caíto Quintana. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Mauro Moraes. Passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 773/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 827/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer do Deputado Reni Pereira pela devolução de matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 833/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 837/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 843/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins.

